

«AD» PARA A RUA!

Um governo democrático e uma política democrática essenciais ao país

Nota da Comissão Política do CC do PCP - Pág. 2

FOGOS

Por que arde a floresta?
Quem lucra com os incêndios?
Será possível evitar os fogos?
Que (não) faz o Governo, e que
deveria fazer?

Pág. 4

AÇORES

A situação
política e social
analisada
pelos comunistas

Pág. 8

Vitória dos metalúrgicos

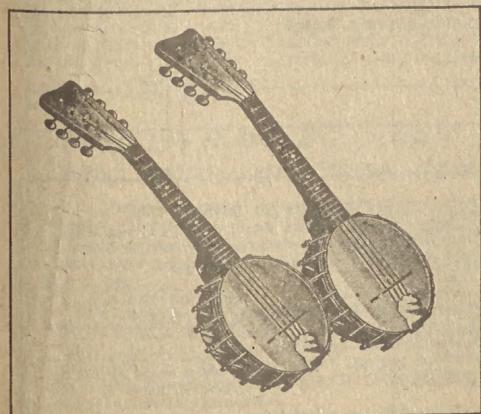


Pág. 5

Faltam três semanas para a Festa do «Avante!»

O tempo corre depressa, principalmente neste Agosto que para muitos é tempo de férias. Por isso mesmo, é oportuno lembrar que faltam apenas três semanas para a Festa e, no entanto, há ainda muito trabalho a realizar!

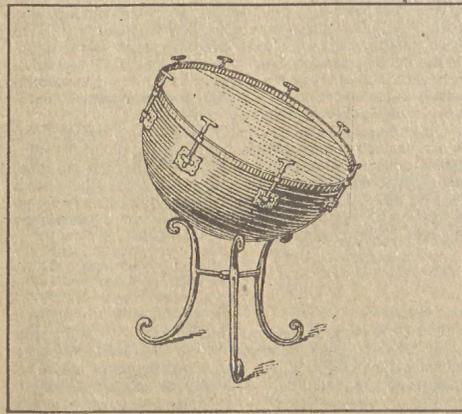
Pág. 6/7



Os artistas da Festa do «Avante!»

4.º

Pág. 12



Sessão-Festa
dia 15, às 21 e 30
na
Voz do Operário
com intervenções de
Dias Lourenço

sobre a situação política

e

Hipólito Santos

sobre a

Festa do «Avante!»

2.º Sorteio da EP

Entrada livre

SEMANA Nacional

5 Quarta-feira



CTT - greve em Coimbra

O Governo português desmente a notícia, divulgada em Estrasburgo...

6 Quinta-feira

A greve da RN, com uma duração prevista de 7 horas, foi desconhecida...

7 Sexta-feira



Alvaro Cunhal em Belém

O secretário-geral do PCP avista-se, a seu pedido, com o Presidente da República...

8 Sábado

Começa em Lisboa o Conselho Nacional do PSD, convocada para análise da crise que atinge a AD e nomeadamente o PSD...

9 Domingo

Uma declaração do Secretariado do MDP/CDE que considera irreversível a crise interna da coligação de direita...

10 Segunda-feira



Era para 4 anos...

No termo de uma agitada reunião de mais de 30 horas, Balsemão declara ao Conselho Nacional do PSD...

11 Terça-feira

Pinto Balsemão apresenta a sua demissão ao Presidente da República, que a aceitou e que iniciará na próxima segunda-feira as diligências...

Em 6 de Agosto de 1966 é aberta ao trânsito a ponte sobre o Tejo em Lisboa...

Editorial

BALSEMÃO NA RUA — OPORTUNISMO E OPORTUNIDADE NA SOLUÇÃO DA CRISE

PINTO Balsemão demitiu-se. Por arrastamento todo o elenco governativo se encontra demissionário...

A crise que se avolumara consideravelmente nas últimas semanas assumiu agora com a demissão do Governo uma expressão ainda mais aguda...

Porque se demitiu o Governo Balsemão? Porque se dilacerou em mil rasgões o saco de gatos em que se tornou a Aliança reaccionária?

Estas e outras interrogações exigem definições claras e sobretudo resposta política acertada das forças democráticas...

Certas «almas pedrosas» procuram dar como razões de fundo aquilo que são evidentes manifestações de superfície...

O comunicado da Comissão Permanente do PS é neste capítulo, um modelo acabado de confusão política e de distorção dos factos...

A decisão de Pinto Balsemão — diz-se no comunicado — reflecte os desentendimentos no interior do PSD e da AD...

A grande causa de fundo da demissão do Governo AD/Balsemão e das graves convulsões internas da Aliança reaccionária reside, insistentemente, na oposição frontal do famigerado «projecto AD»...

As reuniões do Conselho Nacional do PSD e, numa escala menos explosiva, a da Comissão Directiva do CDS revelaram a profundidade das contradições...

Mas trouxeram igualmente a lume duas outras questões de grande importância para a consideração e resolução da crise actual...

Uma, a reafirmação da natureza subversiva do «projecto AD»; Outra, a ilegitimidade da «legitimidade» governativa da AD...

Das tomadas de posição conhecidas ou públicas de «falcoes» e «pombas» da AD e do que se conhece das actividades golpistas dos elementos reaccionários...

Este plano foi derrotado em 7 de Dezembro do ano passado nas eleições presidenciais mas na contestação de Pinto Balsemão...

gerado «projecto» e desenvolvem toda uma gama de argumentos que permitem de maneira mais precisa compreender todo o seu carácter subversivo...

Um ponto marcante do celebrado «projecto AD» é da intensificação confessada da guerrilha institucional contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução...

Uma directa ameaça do dirigente máximo do CDS ao PR afirma-se, contudo, na sua «disponibilidade» para ocupar o cargo de Presidente da Assembleia da República...

Por sua vez, Eurico de Melo, um dos candidatos à chefia do Governo e do partido, criticava em Balsemão o seu «pouco antileanismo»...

Deve então concluir-se que a continuação da AD no Governo e o seu exercício por uma minoria mais ultra, significaria um novo agravamento da guerrilha institucional...

Obviamente os executores do plano subversivo da AD não se limitam ao golpismo institucional. Os saudosistas do passado alliam o «logó democrático» a outros «logos» ilícitos à margem da democracia...

Investir os ultras da AD na governação do País significaria de facto abrir as portas à contra-revolução larvada nos próprios órgãos de Poder...

Os golpistas da AD falham contudo os cálculos num ponto basilar: a base de apoio social e político da AD reduziu-se de maneira drástica...

O plano subversivo da AD foi derrotado em Dezembro de 1980 e está definitivamente condenado pela vontade patriótica da imensa maioria do povo português...

A Comissão Permanente do PS tem da crise uma visão idílica. O mais que se pode dizer é que esta visão traduzida em prática representaria um perigo para o regime democrático...

Diz o comunicado do PS que «uma crise de Governo não pode ser entendida como crise do regime» mas com esta fórmula ambígua o PS fecha os olhos aos perigos reais que ameaçam a democracia...

A necessidade de retirar das mãos da AD as alavancas do Governo é uma exigência nacional imperiosa de defesa do regime democrático e das conquistas populares...

Não é essa a opinião dos dirigentes máximos do PS que preconizam a atribuição à «maioria AD» da responsabilidade de solução da crise...

O PS, por intermédio da sua Comissão Permanente, retoma a velha concepção quanto à ilegitimidade da AD para «governar por quatro anos»...

A descarada sugestão do «Portugal Hoje» da última terça-feira de entrega da chefia de um novo Governo AD a um ultra como Cavaco e Silva mostra até onde vai o PS nas suas posições oportunistas...

A ilegitimidade da AD para governar quatro anos, altamente discutível pela falta de lisura dos processos que lhes deram a vitória eleitoral em 5 de Outubro de 1980...

Comunicado da Comissão Política

O pedido de demissão do Primeiro-Ministro, a sua anunciação exoneratória e a subsequente queda do Governo «AD»/Balsemão, assinalam uma nova fase de crucial importância na profunda crise global que atinge a «AD»...

Apesar da incerteza e dos perigos que pairam sobre a evolução da situação política, é inteiramente justo concluir que a crise da «AD» e a queda do seu Governo — sendo fundamentalmente determinadas pelo fracasso da sua política...

A crise da «AD» e a queda do seu Governo, desmentindo as suas repetidas pretensões de governarem quatro anos, devem constituir para todos os trabalhadores e para os democratas um poderoso motivo de confiança na força da sua opinião...

II

O PCP reafirma que uma efectiva solução da crise política, para servir os interesses populares e nacionais e para salvaguarda do regime democrático e das suas conquistas...

O calamitoso balanço da acção governativa da «AD» em todos os sectores da vida nacional, patente, designadamente, na dramática degradação das condições de vida da população...

Na crise global da «AD» pesam de forma determinante a fragorosa derrota em 7 de Dezembro do seu plano de concentração total do poder e da radical subversão do regime constitucional de que a eleição de Soares Carneiro era uma peça capital...

A «AD» não está em condições de superar nenhum destes factores essenciais da sua crise. Tendo obtido em 5 de Outubro uma maioria parlamentar com uma minoria de votos...

Qualquer solução no quadro da «AD» apenas significaria o prosseguimento de uma política que já causou profundos sofrimentos ao povo português e gravíssimos prejuízos ao País...

III

O PCP reafirma que a crise profunda da «AD» e a queda do seu Governo criam condições muito favoráveis para uma mudança democrática e que esta é definitivamente viável se todas as forças, sectores e correntes democráticas fizerem convergir os seus esforços...

crise que conduza à formação de um governo democrático com uma política democrática.

O PCP considera que, além da ponderação da possibilidade e viabilidade de uma solução (sem os partidos da «AD») no quadro da actual composição da AR, se apresenta como solução necessária e inteiramente constitucional o recurso a novas eleições legislativas...

A convocação de novas eleições, longe de constituir um factor de instabilidade política, constitui pelo contrário uma resposta democrática à instabilidade política existente e à aguda instabilidade económica e social provocada pela política da AD na vida do povo e do País.

A convocação de novas eleições, longe de ser um factor de especial desgaste das instituições, é pelo contrário, nas condições concretas do momento, o instrumento democrático mais eficaz para impedir que a permanência no Governo de uma coligação desacreditada e sem apoio popular desgaste e degrade ainda mais a vida política nacional.

A situação política, económica e social do País justifica plenamente que os portugueses sejam chamados a definir com a sua opinião e o seu voto a política e o rumo que querem imprimir à solução dos graves problemas nacionais

IV

O PCP sublinha a indiscutível gravidade do comportamento da direcção do PS perante a crise da «AD».

Recusando-se a examinar com o PCP as possibilidades de uma acção convergente para o afastamento da «AD» do Governo e para a concretização de uma solução democrática; defendendo expressamente que ao Governo «AD»/Balsemão se deve suceder outro governo da «AD» e que a solução da crise compete exclusivamente à «AD»...

A atitude do PS, convertendo-se objectivamente numa séria ajuda à «AD», evidencia uma vez mais que a orientação da actual direcção do PS visa, não a concretização de uma alternativa democrática à «AD», mas sim a criação de condições para um entendimento com o principal partido da «AD»...

O PCP adverte novamente para que o chamado «Bloco Central» (uma aliança do PS com o PPD) não resolveria nenhum dos problemas nacionais nem corresponderia às exigências da defesa e consolidação da democracia...

cia da defesa e consolidação da democracia. A actual crise política volta a colocar em evidência que a existência de uma maioria parlamentar, sendo necessária, não é por si só suficiente para assegurar a estabilidade e o êxito de um governo...

Os sentimentos e as aspirações unitárias dos democratas portugueses, a intensificação da cooperação entre militantes e eleitores comunistas, socialistas e outros antifascistas, a sua comum determinação em libertar Portugal de Abril da desastrosa política da «AD»...

Uma política e um governo democrático são possíveis, não com alianças contranatura de partidos democráticos com partidos reaccionários mas através do entendimento e da cooperação de todas as forças e de todos os cidadãos que se reclamam dos ideais do 25 de Abril e estão com o regime democrático e constitucional.

No actual momento político, a grande vitória democrática de 7 de Dezembro — demonstração exemplar de que unidos os democratas podem vencer a reacção — aponta o caminho necessário para as forças democráticas.

V

O PCP apela a todas as forças democráticas para que ponderem a gravidade da situação actual e, à luz dos interesses do povo e da democracia, reexaminem a orientação e as tarefas que no momento actual se colocam a todas as forças...

O PCP reafirma a sua pronta disposição para, sem quaisquer condições prévias, examinar com os outros partidos democráticos — designadamente com o PS, MDP, UEDS e ASDI — as possibilidades de uma acção comum ou convergente na busca de uma solução democrática para a crise.

Pronunciando-se firmemente por uma solução da crise rigorosamente no quadro das instituições e do regime democrático, o PCP adverte entretanto para que as forças reaccionárias, ao mesmo tempo que no plano institucional procuram obter soluções favoráveis aos seus interesses, intensifiquem por outro lado manobras e contactos de carácter conspiratório e desestabilizador.

Em coerência com o combate decidido que desde início tem vindo a travar e a estimular contra a «AD» os seus governos e a sua política, com a sua inabalável fidelidade aos interesses dos trabalhadores, do povo e da democracia, o PCP orientar-se-á no decurso da presente crise política pela firme disposição de contribuir construtivamente para uma solução constitucional que abra caminho para uma viragem democrática na política nacional correspondente às aspirações populares e ao interesse nacional.

12.8.81 A Comissão Política do CC do PCP

Avante! DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Centros Distribuidores Ljubera, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2º D.º - 1000 Lisboa Tel. 779828/779825. CENTRO DISTRIBUIDOR DE LISBOA: Av. Santos Dumont, 57-C/N - 1000 Lisboa Tel. 769705. CENTRO DISTRIBUIDOR DO ALGARVE: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 779828. PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa Tel. 776936/776937. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora Tel. 900044. Composto e impresso na Hestia Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tiragem média do mês de Julho: 56 380.

PCP

Hoje, ao fim da tarde na cidade de Lisboa Grande jornada de esclarecimento

Os organismos da cidade de Lisboa realizam hoje, quinta-feira, ao fim da tarde, uma grande acção de massas com distribuição de documentos e montagens de bancas.

Os locais da cidade onde se encontrarão os militantes comunistas são os seguintes: Restaurado-

res, Rossio, Entrecampos, Estação Sul e Sueste, Cais do Sodré, Sete Rios, Calvário, Praça do Chile, «Baptista Russo», Marquês de Pombal, Campolide, Largo de Camões, Santa Apolónia, elevador da Glória e Belém.

Está também prevista uma concentração de várias organizações a partir das 17 horas, no Rossio,

junto ao «Diário Notícias», para distribuição de propaganda, onde estarão presentes vários artistas, a juventude com os seus «bombos», e o conjunto «Plêbe».

Nesta jornada participarão igualmente camaradas da DORL e da Comissão Política do CC do Partido.

Mensagem do MPLA-PT ao PCP

Lúcio Lara, membro do Bureau Político do CC do MPLA-Partido do Trabalho e Secretário do CC para a Organização, enviou ao Comité Central do PCP, em nome do Comité Central do MPLA-PT, a seguinte mensagem, na sequência da sua recente visita ao nosso país:

Chegados a Luanda aproveitamos ensejo para, em nome do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e no da delegação que me acompanhou, manifestar o mais profundo agradecimento ao Comité Central e particularmente ao camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, pelo caloroso e fraternal acolhimento que nos foi reservado por toda a massa militante e dirigentes do Partido Comunista Português, numa prova de verdadeira amizade e laços de profunda solidariedade combativa existente entre o MPLA-Partido do Trabalho e o PCP bem como entre os nossos dois povos irmanados no combate vitorioso sobre o colonial fascismo.

Reiteramos o desejo de aprofundamento das relações entre os nossos partidos marxistas-leninistas para maiores vitórias da luta pela paz e progresso social de toda a Humanidade.
Saudações fraternais



Festa de Agosto

Três dias em cheio na cidade de Portimão

A Festa de Agosto abre amanhã as suas portas!
Trata-se de uma grande iniciativa de massas da Comissão Concelhia de Portimão do PCP, que decorrerá até domingo à noite, no Largo da Feira.

O programa da Festa inclui um diversificado conjunto de actividades, nomeadamente Mercado da Reforma Agrária, quermesse, livros e discos, «comes-e-bebes», bailes, artesanato, folclore, fado, canção, e exposições sobre temas variados.

Amanhã, actua Samuel, o Rancho de Lagos e o Grupo Rumo Novo. Sábado, é dia de fado com Fernando Farinha. Domingo, os Trovante estarão em palco. O conjunto «Pop's 71» animará os bailes nas três noites da Festa.

O «Livre Trânsito» (LT) que dá acesso ao local nos três dias custa 140\$00 e está à venda no Centro de Trabalho do PCP e no recinto. Há também bilhetes para cada dia de Festa, que abre às 19 e 30 dos três dias.

Festa em Oliveira do Douro

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Oliveira do Douro do Partido Comunista Português, realizou-se no último domingo à tarde, uma festa do Partido com a participação de diversos conjuntos e artistas convidados e com a actuação de palhaços especialmente dedicada às crianças.

No meio da festa, na presença de centenas de pessoas, proferiu uma intervenção política o camarada Avelino Gonçalves, membro da DORP e suplente do Comité Central, que saudou os presentes em nome da Direcção Regional do PCP e abordou questões relacionadas com a situação política actual.

O camarada Avelino Gonçalves destacou especialmente a necessidade e viabilidade de uma alternativa democrática para a actual política e para o Governo Balsemão, sublinhando a necessidade de unir os esforços dos democratas patriotas e antifascistas portugueses e recordando o solene apelo dirigido

nesse sentido em 23 de Julho pela Comissão Política do PCP a todas as forças, organizações e individualidades democráticas para que seja elaborada uma proposta comum viável de solução da crise política actual. A dado passo Avelino Gonçalves afirmou: «o que é preciso solucionar não é a crise política que o país atravessa e a crise económica que lhe está subjacente».

Apenas um governo democrático, com uma política democrática, pode apontar a solução dos problemas nacionais: o aumento do custo de vida, o desemprego, a dependência externa, a baixa produção industrial e agrícola, a falta de habitações, as carências gravíssimas nas estruturas de saúde, do ensino etc.» Acrescentando mais adiante: «Há condições para uma viragem democrática em Portugal. Várias são as soluções possíveis em termos institucionais. Mas se uma se destaca entre

todas: é possível a substituição do Governo da «AD» por um Governo de gestão, a dis-

solução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas».

Convívio no Estoril

«Cada um levará o seu farnel e não esquecer o copo, prato e talher. Há bebidas, música e jogos», avisa a Comissão de Freguesia do Estoril do PCP, que organizou para o próximo domingo um grande piquenique/convívio, a realizar no pinhal da Martinha, Galiza.

Na altura, «serão também vistos alguns aspectos da Festa do «Avante!».

O início do convívio, aberto a todos os camaradas e amigos, está marcado para as 11 horas.

Festa das Colheitas a 22 e 23 deste mês

Foi adiada para o fim-de-semana de 22 e 23 deste mês a III Festa das Colheitas, iniciativa da Comissão Concelhia do PCP de Avis.

A alteração da data da festa, inicialmente marcada para o fim-de-semana, foi motivada pelo facto de não ter encerrado ainda a campanha das eleições.

Na próxima semana divulgaremos os pormenores da esperada iniciativa dos comunistas e do povo trabalhador de Avis.

No Porto

Para o próximo fim-de-semana, estão previstas as seguintes iniciativas na região do Porto:

Amanhã - às 21 e 30, na Escola Preparatória do Bairro do Cerco, no Porto (Campanhã) sessão de esclarecimento sobre a actual situação política com a presença do camarada Avelino Gonçalves, suplente do CC.

Sábado e domingo - Em Re-

torta, Campo-Valongo, festa com fadistas populares e o conjunto «rock» «Sucata» (dia 15) e espectáculo com Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos, Carlos Cunha, grupo «1.º de Maio» e Rancho Folclórico «Flores de Fanzeres»; a intervenção política está a cargo da camarada Helena Medina, do Comité Central (dia 16).

Presença do PCP nas Festas de Vialonga

Até 17 deste mês (próxima segunda-feira) decorrem em Vialonga as Festas Populares, em honra de Nossa Senhora da Assunção.

A semelhança dos anos anteriores, o PCP está representado nas Festas, através de um pavilhão político

com duas exposições: uma sobre o 60.º aniversário e outra sobre a Festa do «Avante!». Serão também exibidos alguns filmes.

A representação do PCP inclui ainda um serviço de restaurante com petiscos diversos.

Camaradas falecidos

Ana Peleja

Natural de Aljustrel, operária mineira, mulher de acção, lutadora incansável, septuagenária bem conhecida na região, faleceu recentemente a nossa camarada Ana Peleja, a «Tia Anica». Aos 24 anos faleceu-lhe, na mina, o seu companheiro. Ficou com dois filhos de tenra idade nos braços (um de 7 meses e outro de 2 anos). Foi então trabalhar para a mina, onde alguns anos depois viria a falecer um dos filhos, com 15 anos. A camarada Ana Peleja, após uma vida dura e carregada de desgostos, mas encarada sempre com firmeza e coragem, faleceu subitamente quando passava junto ao poço Viana, nas minas, onde há 51 anos falecera o marido.

António Gomes

Com 32 anos de idade faleceu no passado dia 8, no lugar

de S. Luís, Beire (Paredes), o militante comunista António Fernando Gomes.

O nosso camarada militava na organização local de Beire.

Fernando Marques

Natural de Bobadela de Montforte, Chaves, faleceu recentemente o camarada Fernando dos Anjos Marques, com 49 anos de idade.

Pertencia à célula dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais, tendo sido um dos grandes impulsores da Cooperativa de Consumo Ideal Vilafrankense.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!», expressa aos familiares dos camaradas desaparecidos as mais sentidas condolências.

Festas de Verão na Mina de S. Domingos começam amanhã

Por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP da Mina de S. Domingos, esta localidade alentejana vai viver três dias de festa animada, convívio e amizade, numa jornada conhecida como as «Festas de Verão».

O programa arranca já amanhã, às 22 horas, com um baile (música do conjunto «Os Vermelhos»).

Amanhã, às 11 horas, haverá atletismo com o percurso Mina-Corte Pinto-Mina

(classificação por três grupos etários). Uma hora depois inicia-se uma prova de natação. A de fundo (adultos) decorrerá entre o Bico das Hortas e a Parede. Está prevista ainda a realização

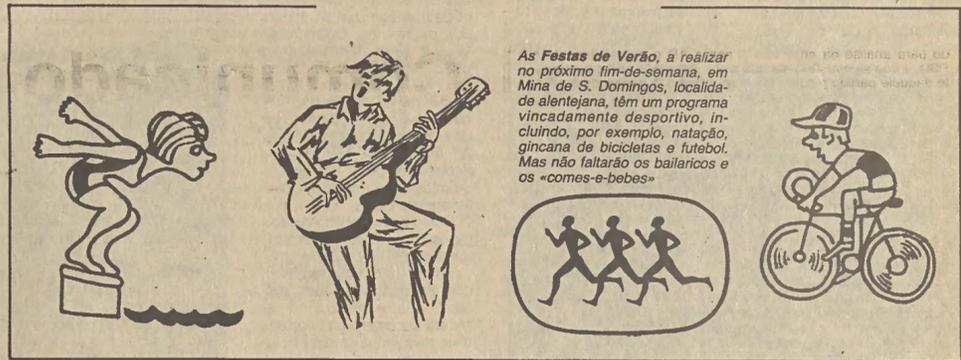
de mais duas provas, abertas a concorrentes masculinos e femininos, entre a Ilha do Bar e Parede.

As 16 horas começa o torneio quadrangular das «Festas de Verão». A noite as atenções irão para o baile.

Finalmente, domingo terá gincana de bicicletas para crianças, futebol (jornada final do torneio) e o último baile das Festas, com início,

respectivamente, às 11, 16 e 22 horas.

A entidade organizadora está a preparar um completo serviço de bar para os bailes. Em relação às provas desportivas (com inscrições gratuitas) asseguram-se «valiosas taças e medalhas para os melhores classificados». Atenção: as inscrições terminam meia-hora antes do início das provas.



As Festas de Verão, a realizar no próximo fim-de-semana, em Mina de S. Domingos, localidade alentejana, têm um programa diversificado desportivo, incluindo, por exemplo, natação, gincana de bicicletas e futebol. Mas não faltarão os bailaricos e os «comes-e-bebes».

Hoje, às 18 e 30 Comunistas da CML em plenário

A Festa do «Avante!» e a análise da actual situação política são dois pontos em agenda para o plenário de trabalhadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa (CML), que hoje se realiza, nas instalações do Centro de Trabalho Vitoria, na Avenida da Liberdade.

O plenário começará às 18 e 30. Não faltes!

Arruda dos Vinhos

Está em curso no concelho de Arruda dos Vinhos a campanha «Férias 81», destinada à recolha de fundos para o Partido.

Como assinala a Comissão Concelhia do PCP em comunicado recente, «sendo este o período de merecidas férias e do justo subsi-

dio, a CC de Arruda dos Vinhos do PCP, apesar de reconhecer os sacrifícios provocados por este Governo ao povo trabalhador, apela a todos os camaradas e amigos para que contribuam nesta campanha «Férias 81», ajudando assim a reforçar financeiramente o Partido (...) Contamos com a tua ajuda».

Freguesia de St.º André (Barreiro): Não foram precisos dois anos...

Um bom trabalho político e a confirmação do profundo relacionamento entre o povo trabalhador e o PCP explicam o espectacular êxito numa campanha feita pelos comunistas da freguesia de Santo André, no Barreiro.

Explicando melhor: Em 10 de Maio de 1980, a Comissão de Freguesia do PCP iniciou uma campanha de fundos subordinada ao lema «Oferta de uma Casa ao Partido», com o objectivo da recolha de 440 contos para a compra do CT. Em princípio, os camaradas apontavam para um período de dois anos de campanha. O bom andamento da iniciativa, o esforço dedicado

dos militantes comunistas, simpatizantes do Partido e outros democratas, proporcionaram a antecipação daquele prazo. A campanha viria a terminar 14 meses depois! Em 10 de Julho de 1981 a meta estabelecida fora ultrapassada!

Em comunicado dirigido à população, «a Comissão de Freguesia de Santo André do PCP congratula-se com esta grandiosa iniciativa, saúda todos os militantes, simpatizantes, amigos do Partido e os democratas que, com a sua contribuição, ajudaram a erguer mais um baluarte de resistência, pela defesa das liberdades democráticas».

Trabalhadores

CTT: uma administração que aposta no «caos»

Acumulam-se nos CTT milhões de cartas e volumes postais, enquanto milhares de avarias continuam a afectar as ligações telefónicas. Face a esta situação, de autêntico «caos», é a administração da empresa e aos organismos oficiais responsáveis que se devem pedir responsabilidades.

Após um período de luta assinalado pelo esforço de abertura e diálogo dos representantes sindicais - esforço esse que se mantém - e posteriormente pelo «carrossel» de greves (paralisações em cadeia de duas horas por sector), a Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações viu-se obrigada a decretar a greve geral de três dias (12, 13 e 14).

«Ao contrário do que o conselho de administração tentou fazer crer, a adesão dos trabalhadores às formas de luta decorreu com grandes percentagens e firmeza, tendo-se enfrentado com serenidade, não só as atitudes intransigentes da administração, como as provocações dos divisionistas que, tal como noutras lutas (caso da Rodoviária Nacional, Mineiros da Panasqueira e Metalurgia, Metalomecânica), lançam aos ventos a falsa ideia de que a Federação sindical está a conduzir os trabalhadores para um beco sem saída».

Beco sem saída é, na verdade, a orientação do Conselho de Administração, que tem vindo a manifestar posições de intransigência, fuga ao diálogo e boicote das negociações.

O anterior acordo colectivo vigorou durante 16 meses. Os representantes sindicais reivindicando aumentos de 24,5 por cento no salários, subida de 100\$00 para 150\$00 do subsídio de refeição e de 10\$00 para 30\$00 do subsídio de pequeno-almoço, a reconversão das diuturnidades e o pagamento de um subsídio de trabalho nocturno.

Tal como sublinha um comunicado conjunto da Comissão Intersindical e da Comissão de Trabalhadores da empresa, «ficou também definitivamente acordado que a percentagem da tabela não será inferior a 22 por cento e a massa salarial não será inferior a 25 por cento».

Ficou acordado que a nova tabela vigorará entre 1 de Outubro próximo e 30 de Setembro de 1982, sendo corrigida entre 1 de Outubro de 1982 e 31 de Dezembro do mesmo ano, de acordo com a taxa média de crescimento do índice de preços vezes 2, a verificar nos próximos 12 meses (a contar de 1 de Agosto).

Entretanto, registou-se uma novidade, para a qual os trabalhadores estão desde já alertados: o Conselho de Gerência (que anteriormente tentou anular e reverter matérias favoráveis aos trabalhadores) pretende interromper as negociações para férias dos seus elementos que

Embora solicitadas com antecedência pelas estruturas sindicais, as audiências no Ministério foram sucessivamente adiadas, tendo o secretário de Estado do Trabalho marcado para a próxima segunda-feira uma reunião com os dirigentes sindicais, portanto já depois da greve.

Recorde-se que a luta dos trabalhadores dos CTT agudizou-se a 21 de Julho (recusa às horas extraordinárias) e à condução por acumulação, reforçan-

do-se a 27 e 28 do mesmo mês (greve geral), prosseguindo a partir do passado dia 6 com paralizações de duas horas por sector e continuando com a recusa às horas extraordinárias. A concretizar-se a greve de três dias - cuja responsabilidade cabe por inteiro à intransigência da administração, pois os números em causa não são muito disparees - apenas em Outubro estarão regularizados os serviços dos CTT.

A Comissão Negociadora Sindical (CNS) manifestou já o seu total desacordo por esta atitude do CG (com quem os divisionistas têm andado de braço dado), atitude essa que representa apenas prejuízos para os trabalhadores, numa clara manobra de ganhar tempo.

A luta na SN desenvolveu-se ao longo de 22 dias, com greves de 4 horas por dia e numa fase posterior em forma de «carrossel» (com duas horas de greve por trabalhador). A Siderurgia Nacional - EP é a principal empresa do sector siderúrgico. A sua capacidade de produção é superior a 800 mil toneladas de aço por ano e tem os seus trabalhadores no Seixal, na Maia e em Lisboa.

participaram nessas mesmas negociações.

O volume de negócios da Siderurgia Nacional, cerca de 17 milhões de contos, coloca esta empresa nacionalizada na sétima posição a nível nacional.

Nacional

A floresta arde Quem ganha com isso?

Os incêndios florestais combatem-se no Inverno. Esta ideia, aparentemente contraditória — durante o Inverno só excepcionalmente se poderá verificar um incêndio — visa salientar que é precisamente durante a época do ano em que não se verificam incêndios nas matas que as medidas de protecção devem ser postas em prática, no intuito de proteger e preservar uma riqueza que só dificilmente, à custa de muita despesa e ao fim de longos anos poderá ser renovada — o arvoredor que cobre grande parte do nosso país.

Precisamente porque em tempo útil pretenderam alertar as autoridades governamentais para um problema que se previa grave — como infelizmente está a verificar-se — durante este Verão, vários técnicos agrícolas, nomeadamente engenheiros silvicultores, promoveram durante o mês de Maio último um colóquio, que decorreu nas instalações da Associação Portuguesa de Económistas, sobre «Defesa do Património Florestal — A problemática dos incêndios nas florestas».

Este colóquio, na altura, e apesar de não ter tido a repercussão que merecia nos órgãos de comunicação social, suscitou o interesse de numerosos técnicos, cientistas, organizações de bombeiros e mesmo industriais de madeiras.

Segundo parece, na principal entidade que devia provocar interesse — o Governo — tal objectivo não foi alcançado.

Mas o Governo, como mais tarde se viria a constatar, apenas se interessava pelos incêndios propriamente ditos — não com instantos piromaníacos, registase — no combate aos fogos, face aos quais procurou prestar alguma ajuda.

Este interesse pelo combate aos incêndios — em princípio justo — não está isento, no entanto, de um certo sabor publicitário no intuito de promover a imagem governativa da «AD».

Declarações públicas dos governantes sucederam-se. Balsemão, ainda não «queimado» pelo incêndio que co-

ferido colóquio e procurando sensibilizar os órgãos de comunicação social para um problema que não deve ser apenas focado quando se verifica, um grupo de engenheiros silvicultores que participaram nos trabalhos do referido colóquio avistaram-se recentemente com os jornalistas para lhes dar conta das preocupações e das medidas que se devem tomar para que no futuro o panorama possa apresentar-se de maneira diferente.

Esta iniciativa, que se realizou a nível pessoal — na sua qualidade de técnicos florestais e cidadãos interessados na defesa do património nacional — focou diversas questões relacionadas com a preservação da floresta portuguesa.

Tomaram igualmente esta decisão para que, como afirmaram, não morresse a iniciativa que levaram a cabo com a realização do colóquio, e porque, na sua opinião, a preocupação com a floresta deve existir principalmente quando ela não arde e não apenas quando é pasto de chamas.

Na sua opinião mais vale prevenir que remediar, pois neste caso é sempre tarde e torna-se necessário começar tudo de novo.

Urge portanto tomar medidas de fundo, que vão desde a limpeza dos matos — o que, a não fazer-se, constitui no tempo seco como que um barril de pólvora, estendendo rapidamente o incêndio a grandes áreas — até à criação de aceiros e arifes (zonas desflorestadas e sem mato), permitindo portanto,



Uma floresta deste tipo, coberta de mato e sem ser desmatada, é meio caminho andado para arder na sua totalidade.

meçava a lavar na «AD», afirmava mesmo a sua intenção de recorrer a meios de ajuda externa especializados no combate aos incêndios. E realmente os aviões espanhóis vieram até Portugal. A televisão deixou então de transmitir as correntes e vulgares imagens que se repetem de incêndio para incêndio — os bombeiros e as populações a tentarem apagar o fogo — para passar a dar imagens aéreas das zonas sinistradas ou então das evoluções dos aviões por cima das árvores, lá longe, no horizonte, por entre as nuvens de fumo, ou então em primeiro plano.

Como publicidade poderia ter alguns resultados não fora o caso de Balsemão e a «AD» estarem atolados num outro brasileiro, este bem, mais difícil de controlar e apagar, como ainda se constata.

Mais mais uma vez se verifica que o Governo — agora já ex-Governo? — tem uma concepção imediatista das situações e não procura, como nunca tem procurado, prevenir, tomar as medidas necessárias e adequadas para evitar as calamidades.

Mais vale prevenir que remediar

Mantendo vivo o espírito de alerta que presidiu ao re-

um melhor controle no combate ao incêndio, se este se verificar e à construção de uma rede de caminhos que permitam a penetração rápida e fácil na floresta.

Mas outras medidas são igualmente apontadas, como seja o caso da florestação de resinosas compartimentadas por folhosas. Com isto pretende-se criar barreiras naturais (as plantações de folhosas, que ardem mais facilmente) às resinosas, mais susceptíveis de propagarem entre si o fogo.

Dificuldades

Contudo, face à situação da floresta portuguesa em que mais de 80 por cento é privada e em média cada exploração não ocupa mais de 1,25 hectares, várias são as dificuldades que se colocam para se criarem as infra-estruturas necessárias para defender e preservar as matas.

Todos os proprietários sem excepção estão interessados em defender o seu património. Ninguém quer ver as suas árvores reduzidas a tocos enegrecidos. Mas geralmente a redução da exploração não permite muitas vezes um maior cuidado e no que diz respeito às infra-estruturas apontadas então ainda se torna mais difícil.

Para solucionar esta ques-

ção e avançar decididamente na defesa da floresta podem ser pensadas formas de associativismo (qualquer tipo de associativismo) permitindo deste modo englobar grandes áreas de floresta onde seja possível criar as referidas infra-estruturas, que podem ser as que já apontámos e outras como a

Ingenuidade e incêndios cada qual faz os que quer

Fallhas mansas, a CIP — a confederação do grande patronato — botou documento. Que não senhora, que não era verdade, que são falsas as «suspeitas de responsabilidade de entidades empregadoras no lançamento de fogos nas matas, com vistas à obtenção de madeira por baixo preço».

Para que isto fosse verdade era preciso que as tais «entidades empregadoras» não pagassem por 10 o que vale 100, como tem estado a acontecer. Mais valia ficarem calados!

construção de torres de vigia, etc.

Para isto basta que os pequenos proprietários estejam sensibilizados. É importante que o Governo se sinta ele também sensibilizado para promover e ajudar e não culpe apenas das matas nacionais que pelas suas próprias características e pelo apoio que recebem dos serviços oficiais encontram-se à partida muito mais defendidas. Vale a pena referir que no pinhal de Leiria, com cerca de 11 000 hectares e onde ainda há pouco tempo arderam cerca de mil hectares de árvores, existem cerca de 20 metros de estrada por hectare. Noutras condições, quantos hectares mais não teriam ardido?

Como dizia um dos participantes no encontro com a informação, as medidas preventivas não vão terminar com os incêndios, nada disso. O que se procura não é reduzir o número de ocorrências, mas reduzir a dimensão das ocorrências.

Ou seja, com a actual situação das matas portuguesas pode haver num ano cerca de 50 fogos que devastem, cada um, uma média de 10 hectares. Criadas as infra-estruturas, esses cinquenta incêndios podem ocorrer, mas a área atingida por cada um deles não atingirá um hectare.

Com efeito, só quem não quiser é que não vê: sem mato para propagar o incêndio, com zonas desmatadas,

dade não são deitados fora, não serão «queimados».

Em números redondos trabalham na indústria relacionada com a silvicultura cerca de 70 000 trabalhadores. Em 1980, as exportações de derivados de madeira e desta propriamente dita ascenderam a cerca de 42 milhões de contos, enquanto que as importações neste mesmo ramo de actividade somaram apenas 9 milhões. Isto traduz um saldo positivo de 31 milhões de contos. Para o ano corrente e apesar da crise económica que afecta o mundo capitalista,

«Ainda com base em números oficiais verificamos que o Estado dispendeu em 1978, na detecção e ataque a incêndios florestais a quantia de 31 080 contos, assim distribuídos:

- melos aéreos: 11 030 contos;
- melos terrestres: 10 070 contos;
- outros encargos: 9980 contos.

Esta verba é irrisória quando comparado com o Produto Florestal Bruto 0,16 por cento — e equivale a 8,2 por cento dos prejuízos.

Assumindo a hipótese de que para reduzir de um terço os prejuízos anuais seria necessário triplicar o esforço financeiro do Estado verifica-se que com um aumento de despesas de 62 000 contos reduziriam os prejuízos em 126 mil contos, isto é, por cada escudo investido ter-se-ia um ganho de um escudo, o que corresponderia a uma taxa de lucro de 100 por cento. Não pode, pois, dizer-se que não se tratava de um bom investimento».

Combater o fogo por decreto

Como no tempo de Salazar e Marcelo, também a «AD» soluciona os problemas por decreto, isto é, não soluciona. Mas na aparência mostra-se muito interessada.

Em Maio de 1980, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto-lei visando a renovação da lei que existia desde 1970 no respeitante à defesa do regime florestal.

espera-se atingir um total de exportações que rondará os 50 milhões de contos, o que corresponderá, tendo em conta a desvalorização do escudo face ao dólar, um aumento de 7 por cento relativamente ao ano anterior.

Este ramo de actividade ultrapassou já, como disse-



Criadas as infra-estruturas da floresta, os prejuízos com os incêndios serão substancialmente menores, e os fogos mais facilmente controláveis e combatidos.

mos, o sector têxtil que no ano passado exportou cerca de 57 milhões de contos para importar para o mesmo sector cerca de 30 milhões.

Além do mais a produtividade do sector florestal pode subir ainda mais, exista para isso matéria-prima.

Mas, representando esta actividade uma grande im-

portância para a economia nacional, não se verifica até hoje que os Governos — este ou os anteriores — tivessem tomado consciência disso e actuado com os meios financeiros que se exigiam face aos prejuízos.

Um trabalho apresentado pelo engenheiro silvicultor Lucílio Martins ao colóquio refere precisamente este aspecto. Afirma a dada altura:

«Mesmo que se estime grosseiramente o produto florestal bruto em 20 milhões de contos — com base nas produções potenciais de madeira, resina e cortiça — poderemos verificar que os prejuízos dos incêndios atingem normalmente 1,9 por cento daquele produto».

E mais adiante:

«Nada se diz no intuito de ajudar, esclarecer, conseguir enfim uma colaboração voluntária dos proprietários para este trabalho.

Contudo, estes são casos isolados. Até porque são poucas as zonas de florestação protegida que interessam aos grandes construtores. Se acaso o Parque da Penede-Geráz estivesse na mira dos que pretendem implantar os blocos de betão armado não tardaria que estivesse reduzido a cinzas.

«Os incêndios do nosso descontentamento

A melhor prova de que não se pode combater o fogo por



A floresta arde! Mas há quem lucre

decreto é o que se está a passar este Verão. Números não oficiais apontam já para mais de 40 mil hectares queimados. Entretanto, o mês de Agosto ainda vai em meio e pelo que se sabe a época de incêndios costuma ganhar amplitude precisamente este mês e no mês de Setembro.

Por toda a parte estalam os incêndios. Os bombeiros, as populações locais, o próprio Exército e a Aviação colaboram. Mas também aqui pouco ou nada tem sido feito.

Não basta chamar heróis aos bombeiros que com grande esforço e muitas vezes em risco da própria vida combatem os fogos. Heróis, é certo, mas heróis quase sem meios, sem apoios, numa luta que se tivessem uma outra compreensão por parte do Governo seria mais eficaz.

Também os aviões especiais que do estrangeiro vieram e que o Governo aproveitou para fazer tanta propaganda, ao contrário do que se pensa não apagam os fo-

o que se passa com maior frequência diz respeito aos grandes madeiros e não só. Casos há de incendiários apanhados que confessam ter recebido alguns milhares de escudos para lançarem fogo a determinada zona de floresta.

Depois surgem os madeiros. Compram por tuta e meia a madeira que está boa. Convém referir que num incêndio grande parte das árvores não fica com o tronco afectado pelo incêndio, mas apenas chamuscada. É necessário então cortá-la, descascá-la e empilhá-la para que a madeira não se perca e possa ser utilizada quase como se fosse cortada em verde.

Os grandes madeiros, face ao desespero do pequenos proprietários, aparecem então com propostas que à primeira vista parecem tentadoras: eles encarregam-se do corte e do descasque das árvores que tencionam comprar... por um preço inferior, é claro, visto que aquela madeira arde. E o pequeno proprietário, convencido de que aquilo é melhor do que perder tudo, concorda, submete-se.

Esta madeira avança depois ao preço da madeira boa para as fábricas de celulose, para a construção civil, para as fábricas de aglomerados ou até para a produção de carvão vegetal, que no nosso país tem registado uma procura crescente. Noutros casos esta madeira é exportada para Espanha, um comprador voraz.

Por outro lado, os incêndios criminosos vêm lançar no mercado grandes quantidades de madeira de modo que com a lei da oferta e da procura os preços descem. Os madeiros dizem então que há muita madeira no mercado; que não podem comprar; que vão perder dinheiro se fosse aos preços antes correntes; e que só para ajudarem o proprietário atingido por aquela calamidade é que estão dispostos a levar os troncos todos... mas

por um preço mais baixo, substancialmente mais baixo. E a madeira é vendida. Quem lucra?

Como evitar a exploração

Para evitar esta exploração desenfreada, que não hesita perante a actividade criminosa, os pequenos produtores florestais têm um recurso eficaz: associarem-se.

Atingidos pelo incêndio devem juntar-se para derrubarem as árvores que ficaram em estado de aproveitamento, devem descascá-las, e empilhar os troncos preparados. Procurarem evitar os intermediários ou então aguardar que os preços sejam os normalmente praticados.

Já em 1979, mais ou menos por esta altura, a Organização do PCP da Zona de Pinhal de Castelo Branco alertava os produtores florestais e as populações daquela região para não se deixarem enganar. E aconselhavam para que contactassem a fábrica de celulose eles próprios, pedindo apoio para estabelecer preços e serviços de transportes em camionetas ao quilómetro e empréstimo de moto-serras para lhes permitir a venda directa à fábrica.

Neste caso, ainda, o Governo pode ter também um papel importante na salvaguarda dos interesses dos produtores florestais, evitando ao mesmo tempo a especulação. Para isso bastava que o Governo passasse a ser ele a comercializar a madeira que ardeu. Seria um empate de capital em que não perderia um único centavo. Já alguém no Governo este ano falou nisso. Mas até agora nada se viu de concreto. Nem há esperanças de se vir a concretizar.

Se esta passasse a ser prática corrente, os incêndios de origem criminosa diminuiriam em flechas. E pagava-se o brasileiro de certos interesses escuros.

A importância da pastorícia

No aspecto de desmatagem das florestas vale a pena referir o importante papel que a pastorícia pode desempenhar, com efeitos benéficos para a mata e com lucros assegurados. Damos a palavra aos engenheiros silvicultores António Barros e Fernando Salinas através do trabalho que apresentaram ao colóquio.

«Por motivos vários, de todos certamente bem conhecidos, de há alguns tempos a esta parte, e em especial nas últimas duas décadas, a procura de matos no coberto florestal foi diminuindo chegando mesmo nalgumas regiões do país a praticamente desaparecer.

«Assim, tem-se vindo a acumular na floresta portuguesa, com especial importância para o pinhal, — quer pela extensão, quer pelo tipo de sob-coberto que propicia — um imenso depósito de material altamente combustível, e que nos últimos anos, nomeadamente nalgumas em que se dá uma convergência negativa de certos factores atmosféricos, têm contribuído como causa principal para a destruição de importantes áreas florestais.

«Parece assim assumir importância apreciável o controlo dos matos em povoamentos adultos, por forma a diminuir os enormes riscos de combustão que eles representam para o actual facies da floresta artificial em Portugal, e isso, enquanto não for possível reconverter alguns desses povoamentos segundo os modelos apresentados em 1.3.

«Ora, tal controlo torna-se nalguns casos difícil, ou

mesmo impossível de praticar, pelos métodos humanos ou mecânicos conhecidos, dado os enormes encargos que tais operações acarretam. Importa assim, quanto a nós, revitalizar práticas já antigas, as quais, para além dos benefícios directos que têm sobre prevenção do fogo, podem desempenhar papel altamente positivo na balança portuguesa de produtos alimentares. Retiramo-nos como é evidente à pastorícia de espécies rústicas do extracto arbustivo do sob-coberto florestal.

«Importa, quanto a nós, e quando se trate de povoamentos constituídos, introduzir de novo a prática do pastoreio, nomeadamente através de caprinos, para que, para além de se lutar o controlo do mato, se transforme um potencial de risco, num potencial produtivo (carne e leite).

«Acresce que, o pastoreio em regime silvo-pastoril, para além de ajudar a controlar e combater os excessos de mato interior dos povoamentos, tem também a possibilidade de executar esse mesmo controlo e combater nas áreas de mato adjacentes aos povoamentos existentes.

«Consegue-se desta forma, e com saldos positivos, manter os povoamentos em melhor estado de limpeza, o que certamente dificultará a progressão rápida e intensa dos fogos, ou mesmo nalguns casos poderá obstar à sua deflagração.

«É evidente que tal prática não se poderá aplicar em povoamentos jovens, pois ali, de facto, o gado poderia vir a causar avultados prejuízos às plantações».

Trabalhadores

Metalurgia e Metalomecânica

A vitória da razão e da unidade!

Entrevista com dirigentes da Federação sindical

Negociado num curto espaço de três meses, foi recentemente assinado o novo Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV) da Metalurgia e Metalomecânica, abrangendo cerca de 125 mil trabalhadores em todo o País.

As diversas manobras do patronato, confiante no seu Governo AD/Balsemão, e às atitudes provocatórias e divisionistas da chamada UGT, sempre em conluio com o capital, soube a Federação sindical opor durante as negociações uma acção firme, coerente e responsável, no espírito democrático e combativo do Movimento Sindical Unitário.

- 1. Pela primeira vez, através de negociações directas, aumentos de 24 por cento e a vigência legal das tabelas salariais em 12 meses e garantias de que, através da antecipação das negociações previstas no novo CCTV, seja garantida de futuro a vigência efectiva de 12 meses;
2. Garantia de que na próxima revisão será negociada uma verba para criação de um subsídio de almoço, que interessará principalmente aos trabalhadores das pequenas e médias empresas que ainda não possuem refeitórios. De salientar, a propósito, que a luta sindical em torno desta questão tem apresentado propostas e ideias válidas para a concretização de refeitórios nos locais de trabalho;
3. De acordo com a cláusula de protecção aos acidentados no trabalho, foi garantido que, em caso de baixa superior a 10 dias, será atribuído um

complemento ao subsídio da seguradora e que ao fim de 90 dias de baixa corresponderá ao salário completo;

- 4. Indexação dos subsídios mínimos nas pequenas e grandes deslocações, até aqui com valores fixos. Esta indexação foi calculada na média aritmética das tabelas do CCTV e corresponde a aumentos de mais de 80 por cento em relação aos valores anteriores, além de não se prejudicar o pagamento integral de todas as despesas com alimentação, alojamento e transporte ou os acordos mais favoráveis;
5. Criado para os trabalhadores em regime de grandes deslocações um dia de descanso (até ao limite de 5) por cada mês consecutivo de actividade fora do local habitual de trabalho;
6. Garantido o pagamento pela empresa das despesas motivadas pelo funeral, no caso de morte ao serviço da empresa e fora do local habitual de actividade profissional;
7. Alargada para 20 dias pagos a disposição contratual que permite ao trabalhador faltar para poder prestar assistência inadiável ao seu agregado familiar;
8. Garantia de que na próxima revisão haverá condições para um acordo quanto à redução do actual horário de trabalho;
9. Institucionalizada no CCTV a prática da co-

brança e envio das quotas sindicais aos respectivos sindicatos;

- 10. Melhorada a cláusula das promoções automáticas, através de mecanismos que defendem o trabalhador em caso de exame técnico-profissional;
11. Manutenção de todas as disposições sobre actividade sindical na empresa e sobre delegados sindicais, que, nalguns casos, recorde-se, são mais favoráveis que a actual lei sindical;
12. Definido o carácter excepcional dos contratos a prazo e garantido que em caso de futuras admissões os contratados a prazo têm prioridade nas admissões;
13. Garantido o princípio constitucional de que a trabalho igual corresponde salário igual e a proibição de esquemas de retribuição especiais, nomeadamente à peça ou à tarefa;
14. Manutenção das de quotas, mas regalias conquistadas em anteriores CCTVs.
A conclusão do novo acordo ocorreu no passado dia 21 de Julho e entrará em vigor no dia 1 de Setembro. Nos primeiros dias desse mês, uma comissão sindical, constituída para o efeito, entrará em negociações com os representantes patronais para a resolução de questões relacionadas com a carreira profissional, enquadramentos e definição de funções.
Para a publicação oficial do acordo, não se esperará pela conclusão total das matérias, prevendo-se a publicação gradual das decisões acordadas.
O «Avante!» ouviu, entretanto, três dirigentes sindicais do sector: Alvaro Branco, Adriano Matoso e Valdemar Henriques, membros do Secretariado da

Federação, que nos deram uma breve panorâmica das negociações até à concretização do novo acordo e a consequente vitória dos trabalhadores. Em relação à situação sindical e política que acompanhou as negociações, os dirigentes sindicais que abordámos salientaram — no quadro da fase inicial — a recusa por parte das direcções divisionistas em subscreverem uma proposta de revisão única, depois da Federação ter repudiado as reivindicações elitistas defendidas pela UGT e que incluíam mesmo a anulação de reivindicações há já muito em aberto, nomeadamente a não aceitação do enquadramento profissional imposto na PRT de 1977 («reinado» do Sr. Gonalves).

Outros aspectos caracterizaram igualmente esse primeiro período de negociações. Por exemplo: tentativa por parte do Governo AD/Balsemão e do grande patronato de imposição do tecto salarial de 16 por cento e de restrição de direitos e liberdades conquistadas, num ambiente de conluio descarado com os divisionistas, facto que ia tendo, na altura, expressão directa em vários sectores, designadamente no calçado e material eléctrico.

Da parte da Federação dos metalúrgicos havia apreensões

quanto às manobras do patronato e às suas habitualmente práticas dilatórias, especialmente porque, deste modo, as negociações poderiam ser arrastadas para a época de férias, com as consequentes implicações para a mobilização e desenvolvimento da luta nas empresas. Tais apreensões salientavam-se tanto mais que se tratava da possibilidade de revisão de todo o Contrato.

As posições adelantadas desde logo pela Federação definiram-se, principalmente, em torno duma posição firme e objectiva na estratégia negocial; denúncia do conluio Governo/patronato/divisionistas; incremento nos Cadernos Reivindicativos de empresa da necessidade duma estreita ligação entre os pontos reivindicativos aí expressos e o Contrato do sector, «através de um mecanismo negociado com o patronato onde ficasse definido que o salário do trabalhador era igual ao mínimo estabelecido, para a sua categoria, no contrato colectivo, mais um valor que seria negociado em cada empresa», como nos referem os dirigentes sindicais, que adiantam:

«Procurava-se contrariar a estratégia patronal de esvaziar progressivamente a contratação colectiva, quando acedia a aumentos salariais razoáveis nas

o Metalúrgico

Órgão da Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal ANO 77 (3.ª SÉRIE) • N.º 49 • AGOSTO 81 (15 DE JULHO A 28 DE JULHO) • JORNAL MENSÁRIO • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TABELAS SALARIAIS ACORDADAS

CGTV da Metalurgia e Metalomecânica AUMENTOS SALARIAIS DE 24% A PARTIR DE 1 DE SETEMBRO

empresas e se batia por salários base na contratação».

Os três membros do Secretariado da Federação com quem dialogámos sublinham ainda, quanto às posições assumidas pela organização representativa dos trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos, «a defesa intransigente dos princípios que norteiam o Movimento Sindical Unitário, não fazendo qualquer cedência aos divisionistas e apresentando uma proposta de revisão contemplando todas as profissões do sector (operários, quadros administrativos e técnicos, etc.), recusando deste modo o monopólio da representatividade dada até aqui aos divisionistas nalgumas profissões de carácter mais administrativo. Merce de tal prática houve pelo menos um sindicato da chamada UGT que acabou por submeter a revisão proposta pela Federação».

A acção do patronato assumiu a princípio aspectos radicais: recusa à negociação das cláusulas e alterações inovadoras propostas pela Federação; início de uma autêntica revisão constitucional antecipada, através da tentativa de retirada de todos os direitos sindicais livremente negociados em 1977 e 1979, denotando o patronato vontade de regular tal matéria, bem como outros assuntos, nomeadamente contratação a pra-

zo, através de futura lei; proposta de aumentos salariais de 17,59 por cento.

As já conhecidas manobras da «central» amarela tiveram também os seus reflexos no período de negociação, evidenciando, uma vez mais, a sua vocação de muleta do patronato e de agiota da luta dos trabalhadores. Os divisionistas fizeram de tudo um pouco: tentaram separar os trabalhadores administrativos dos restantes trabalhadores; tentaram desmobilizar e desarticular a luta; tentaram aproveitar-se dos êxitos das conversações que a Federação sindical ia gradualmente conseguindo, chegando ao ponto de emitir comunicados a «informar» que estavam a arrancar cedências ao patronato, tendo este sido obrigado a desmentir, em acto, informações dos divisionistas, pois o escândalo e a mentira atingiram já proporções fora de uso.

A evolução das lutas dos trabalhadores, tal como nos referiram Alvaro Branco, Adriano Matoso e Valdemar Henriques, teve etapas importantes, por exemplo, com a realização da semana de luta de 24 de Junho a 1 de Julho em todo o sector, com paralisações durante dois dias (4 horas diárias repartidas por duas horas em cada período diário de trabalho). O patronato viu-

-se, então, obrigado a subir os valores da tabela salarial para 18,7 por cento, mas mantendo-se, contudo, inflexível quanto às restantes propostas sindicais. Posteriormente, face ao reforço da luta e à forte mobilização dos trabalhadores, os representantes patronais subiram a tabela para 20 por cento (quanto aos outros assuntos mantinha-se a intransigência).

A Federação ameaçou com novas formas de luta, enquanto o patronato pretendia a conciliação no Ministério do Trabalho, na expectativa do seu Governo resolver o problema, com a habitual ajuda divisionista. Pretendia-se cozinhar um contrato, à boa maneira «amarela». Mas a manobra não passou.

Nova forma de luta seria decretada pela Federação, para os dias 9 e 10 de Julho, a nível de todos os distritos, com paralisações de 5 horas por dia, repartidas nos dois períodos de trabalho diário. Com esta luta firme e decidida e apesar do patronato não ter retirado o pedido de conciliação, ainda em negociações directas foi possível chegar a acordo e garantir a satisfação de importantes matérias contratuais, nomeadamente os aumentos de salários. Patronato e divisionistas viam os seus intentos falharem uma vez mais.

Quando se luta com firmeza, a vitória é sempre certa!



As características de um grande sector da economia nacional

O sector da metalurgia e metalomecânica engloba as metalúrgicas de base, indústrias básicas de ferro e aço e indústrias básicas de metais não-ferrosos, a fabricação de produtos metálicos, a fabricação de máquinas não-eléctricas, a construção de material de transporte, a metalomecânica pesada e a construção e reparação naval. No plano sindical, interessa também distinguir a indústria siderúrgica e a indústria automóvel, que são objecto de regulamentação colectiva de trabalho própria.

A nível regional o sector concentra-se em Lisboa, Porto e Setúbal (principalmente construção e reparação naval, outro material de transporte e metalúrgicas de base), Aveiro (principalmente fabricação de produtos metálicos e de material de transporte) e Braga (principalmente metalomecânica ligeira). Seguem-se, em menor grau, Leiria (fabricação de produtos metálicos), Santarém (fabricação de máquinas não-eléctricas) e Viana do Castelo (construção e reparação naval).

O emprego do sector tem crescido a uma taxa que é mais do dobro da média da Indústria Transformadora e as perspectivas da evolução da produção e comércio mundiais são factores que demonstram as potencialidades do sector a médio e longo prazo.

A metalurgia de base, no seu conjunto, engloba cerca de 200 empresas, com 21 mil trabalhadores, dos quais mais de 16 600 nas indústrias básicas de ferro e aço e 4300 nas indústrias básicas de metais não-ferrosos.

Nas indústrias básicas de ferro e aço, os operários, que constituem 89 % do total do emprego, trabalharam em média mais de 1900 horas por ano. Os trabalhadores do sector ganharam em média cerca de 208 contos por ano e produziram 425 contos por ano. Apesar da acumulação de capital no sector, apenas se investiu 15 % do valor da produção.

O peso das pequenas e médias empresas (PME's) é de 32 % relativamente ao emprego total, 20 % relativamente à produção e 80 % relativamente ao número de estabelecimentos, dados que demonstram a alta concentração existente neste sector.

Nas indústrias básicas de metais não-ferrosos os operários, 86 % do total de emprego, trabalharam em média 2100 horas anuais. O salário médio alcançou 158 contos e a produção foi de 384 anuais. O investimento subiu a 29 % do valor da produção. O peso das PME's é muito importante: elas representam 76 % dos estabelecimentos, englobam 82 % do emprego e produzem 82 % do total do sector.

No conjunto da metalurgia de base a taxa de excedente

bruto de exploração, medida em termos do valor bruto da produção, alcançou os 12 %, valor muito superior às médias internacionais.

A evolução da situação internacional, as necessidades do desenvolvimento económico interno, os custos de produção mais favoráveis e o aproveitamento de matérias-primas de origem nacional, colocam o desenvolvimento neste sector como um dos mais prioritários. Ao contrário do que o Governo pretendia fazer crer, Portugal não tem de limitar as medidas em vigor nos países capitalistas e na CEE, tem de tomar as medidas que melhor se adaptam às suas necessidades.

A fabricação de produtos metálicos que inclui as ferramentas manuais, o mobiliário metálico, os pregos, parafusos, etc., a latoraria, a prefilagem de ferro e aço, é um sector muito disperso, em que as PME's representam 80 % dos estabelecimentos e 70 % da produção e do emprego.

Os salários médios são os mais baixos do conjunto das metalúrgicas e metalomecânicas (156 contos/ano) e a taxa de excedente bruto de exploração é de 13 %. No conjunto, o sector contribui com quase 20 milhões de contos e o investimento foi inferior a 14 % daquele valor. Apesar das Estatísticas Industriais só apontarem um total de 32 mil operários em 38 mil postos de trabalho, os valores reais devem rondar os 70 mil.

Em um sector muito aberto ao exterior, em que as importações e exportações representam uma percentagem importante do total da produção.

São de destacar em particular a importância deste sector em termos de emprego e de efeitos na substituição de importações e na promoção de novos produtos para exportação e a incorporação nacional que pode assegurar a muitos dos importantes projectos de investimento das indústrias de base.

A fabricação de máquinas não-eléctricas, destinadas aos vários sectores de actividade (apicultura, têxtil, madeira, alimentação, etc.) contribuiu com cerca de 9 milhões de contos para a produção nacional, largamente insuficientes face aos mais de 40 milhões de contos de importação verificados. A produção por trabalhador alcançou 265 contos anuais, enquanto o salário médio foi de 163 contos/ano.

Este é um dos sectores em que mais facilmente se comprova o atraso da indústria portuguesa. O emprego não chega a 3 % do emprego da Indústria Transformadora, quando na Espanha é de 5 %, na RFA de 15 % e no Reino Unido de 12 %, percentagens que também são semelhantes em termos de produção.

Em relação aos totais, o número de PME's alcança os 84 %, produzindo 55 % e empregando 64 %. As dificuldades de abastecimento de materiais de base e acessórios, a dependência tecnológica, a necessidade de rápida evolução tecnológica que

neste sector se faz sentir de forma mais aguda, a par da deficiente organização e gestão das empresas e das necessidades de reequipamento existentes, são os principais problemas do sector.

A construção de material de transporte, englobando a indústria automóvel e a construção naval, é o maior sector da metalurgia e metalomecânica. Com mais de 60 mil trabalhadores, com uma contribuição de 20 milhões de contos para a produção nacional, neste sector o peso das PME's é relativamente reduzido (24 % do emprego e 20 % da produção).

Uma adequada política de investimento, incluindo o financiamento, é uma medida necessária para o reforço deste sector, largamente insuficiente para satisfazer o mercado interno.

Ocupando uma posição-chave no fornecimento de bens de equipamento e bens intermédios a todos os outros sectores industriais, a metalomecânica pesada em Portugal é constituída pela produção de material pesado de um conjunto de empresas: Cometa, Equimetal, Mompur, Sorefame/Construtora Moderna, Etacec, Mague e Sepsa.

No seu conjunto, estas empresas tiveram um volume de negócios de 12,5 milhões de contos, englobam cerca de 17 000 trabalhadores e a sua contribuição para a produção nacional foi superior a 5,6 milhões de contos.

Sendo uma indústria com alta posição orgânica de capital, com tecnologia avançada e longos ciclos de produção, operando através de encomendas, a metalomecânica pesada é extremamente dependente da política de desenvolvimento económico geral que for adoptada.

A utilização adequada e coordenada das capacidades produtivas instaladas e a segurança da carteira de encomendas depende da política relativamente à energia, refinação de petróleo, petroquímica, indústria química, equipamentos portuários, construção naval e de equipamentos para a siderurgia, cimentos, etc.

É pois total a dependência da metalomecânica pesada da política desenvolvida pelo sector nacionalizado que controla todos estes sectores da indústria de base e detém todos estes importantes programas de investimento.

A planificação destes investimentos, a consulta obrigatória à indústria nacional e a preferência desta, as facilidades de pagamentos, a discriminação das encomendas que terão de ser satisfeitas por produção nacional, são medidas necessárias para criar as condições para a consolidação e desenvolvimento da metalomecânica pesada.

Apesar de, no sector, coexistirem empresas controladas pelo Estado com empresas privadas é possível tomar medidas

para reforçar a especialização, resolver estrangulamentos existentes entre a produção das empresas e coordenação das cargas, medidas que os trabalhadores reivindicam e que passam também pela criação dum órgão de coordenação no MIT (Ministério da Indústria), com a participação das organizações de trabalhadores.

Com quase 30 mil trabalhadores, concentrados na sua esmagadora maioria em nove grandes estaleiros (na Lisnave, Setenave, Arsenal do Alfeite, Viana do Castelo, Parry & Son, S. Jacinto), o sector da construção e reparação naval contribuiu com cerca de 11 milhões de contos de produção e apresenta uma das mais altas produtividade da indústria (364 contos/ano por trabalhador, a que correspondeu um salário médio de 226 contos/ano).

A taxa de excedente bruto de exploração é superior aos 17 % e o investimento no sector não atinge os 13 % do valor da produção.

Sector aberto ao exterior e, em parte, dependente da evolução dos mercados internacionais, a construção e reparação naval contribui com cerca de 8 % do total das exportações do país. E, no entanto, na satisfação das necessidades do desenvolvimento de sectores como as pescas, a marinha mercante, nomeadamente de transporte de mercadorias, que o sector pode encontrar as condições de estabilidade a prazo necessárias à sua actividade e desenvolvimento.

As principais empresas de todos estes sectores são nacionalizadas ou participadas pelo Estado (Setenave, Viana do Castelo, SFIN, oficinas da CPP e CTM, Lisnave, Parry & Son, etc.), o que reforça a necessidade de planear e coordenar o desenvolvimento das frotas mercante e de pesca com as reestruturações dos estaleiros e oficinas.

Como os trabalhadores do sector têm apontado em sucessivos Encontros, que constituem um contributo positivo e único para a análise dos problemas do sector, é necessário ultrapassar a ausência de medidas governamentais e de planificação de actividades. Impõe-se, nomeadamente, a inventariação das necessidades do sector, o levantamento das capacidades, a racionalização dos meios, a reestruturação de empresas, a criação das indústrias subsidiárias para garantir uma maior incorporação nacional, a procura intensiva de novos mercados e uma política de financiamento à produção de acordo com as normas internacionalmente praticadas.

A participação das organizações de trabalhadores no Centro de Estudos para o desenvolvimento da Indústria Naval constitui o meio indispensável para garantir o correcto desenvolvimento do sector e a defesa das condições de vida e de trabalho.

Professores de Lisboa: Sindicato atento!

A concretizar-se a política já anunciada pelo Ministério da Educação através de alguns dos seus departamentos, o próximo ano lectivo vai decorrer numa atmosfera de problemas, irregularidades e

situações confusas, que certamente terá as suas consequências negativas, não só para a actividade docente, como para o aproveitamento dos alunos. Em carta aberta dirigida

aos Conselhos Directivos das escolas da Grande Lisboa, o Sindicato dos Professores alerta para os reflexos que poderão advir da orientação da Direcção-Geral do Equipamento Escolar, que — acusa o SPGL — não tem em conta as condições dos estabelecimentos de ensino como elemento determinante do sucesso escolar.

Aquele departamento do Ministério da Educação pretende que as unidades escolares funcionem 60 horas semanais, mas «esquece-se» das características e da falta dos equipamentos nas escolas.

Grave é também o conteúdo dum despacho conjunto das Secretarias de Estado da Administração Escolar e da Educação, onde se tecem ameaças aos Conselhos Directivos que não acatem as incoerentes e irresponsáveis orientações quanto à distribuição dos alunos pelas escolas. Trata-se, ao fim ao cabo, de uma manobra do MEC para responsabilizar os Conselhos Directivos dum facto que se relaciona apenas com a incapacidade do Ministério e do

Governo: a falta de escolas, as reduções orçamentais, a falta de lucidez e de imaginação para resolver os numerosos problemas com que se debatem as escolas públicas pelo país fora.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa opõe-se com firmeza à política de repressão do MEC sobre os CD's, vai pôr a funcionar um gabinete de apoio e informações para os elementos dos Conselhos Directivos e compilar legislação sobre a matéria (competências das estruturas do MEC, etc.).

Em Setembro, o Sindicato realizará com representantes dos Conselhos Directivos das escolas, onde se analisará a evolução do problema e se discutirão, se necessário, medidas e acções a desenvolver pelos professores.

Cabe, entretanto, aos CD's desenvolver uma campanha de esclarecimento junto dos encarregados de educação e órgãos de Poder Local, a propósito das questões relacionadas com a superlotação das unidades escolares e as consequências do aumento de alunos por turma.

Função Pública Congresso em Dezembro

Está marcado para 11 e 12 de Dezembro próximo o 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, organismo criado em 12 de Novembro de 1978.

O Congresso, decidido por um recente plenário da Federação, terá como principais objectivos: o reforço da unidade e organização sindical do sector; a consolidação dos direitos constitucionais dos trabalhadores, nomeadamente o direito à negociação colectiva; a maior intervenção dos sindicatos na transformação da Administração Pública, para servir os interesses dos trabalhadores e da população em geral; e a melhoria das condições de vida e trabalho dos TFP.

Lutas

Enquanto se registam vitórias significativas dos trabalhadores em empresas e sectores como a Rodoviária Nacional, Minas das Páguas-queira, supermercados Nutripol, técnicos de desenhos e metalurgia e metalomecânica, prosseguem as lutas de milhares de trabalhadores em todo o País, nomeadamente os das indústrias de celulose, papel, gráfica e cartonagem; Icesa (800 trabalhadores) à espera de uma solução, enquanto a empresa continua parada por falta de capital para compra dos materiais necessários; complexo turístico e hoteleiro da Matur e Hotel

Atlantis, do Machico (Região Autónoma da Madeira), pertencentes ao grupo Grão-Pará; motoristas marítimos de Matosinhos; e Marinha Mercante. Entretanto, além de terem em atraso cinco meses de salários, os cerca de 80 trabalhadores da «Cortiças Granadeiro», de Grândola, foram avisados pela administração do encerramento da empresa. Em Outubro haverá nova gerência, que poderá contratar «os trabalhadores interessados». O Sindicato dos Corticeiros do Sul alertou já para a possível contratação a prazo dos trabalhadores.

As «costas largas» dos Conselhos Directivos

Faltam instalações escolares, falta equipamento, não há planificação objectiva do próximo ano escolar, e o Ministério prepara-se para lançar responsabilidades sobre os Conselhos Directivos das escolas. Entretanto, só na área da Grande Lisboa existem 10 mil alunos do Ensino Preparatório e Secundário que não vão caber nas escolas, no próximo ano lectivo. Quem responde por esta situação?

Protesto contra o custo de vida nos Açores

Um grupo de dirigentes sindicais, acompanhados por dezenas de trabalhadores, entregou recentemente ao Governo da Região Autónoma dos Açores um caderno reivindicativo contra o aumento do custo de vida no arquipélago. O documento incluí o apoio, alcançado em pouco tempo, de cerca de sete mil assinaturas. Os dirigentes sindicais entregaram o caderno reivindicativo, em Ponta Delgada, ao presidente em exercício do Governo Regional e ao secretário regional do Trabalho. No conjunto das reivindicações expressas no documento

aponte-se, a título de exemplo, a revogação do despacho normativo que limita o tecto salarial de 16 por cento, o fim dos contratos a prazo — «modalidade» que nos Açores atingiu o cúmulo da chantagem e da injustiça —, o cumprimento dos direitos sindicais consignados na lei fundamental do País (a Constituição da República), controlo dos preços e da qualidade dos produtos de consumo, actualização das pensões de reforma e de sobrevivência e a aplicação imediata na Região Autónoma dos Açores das convenções laborais acordadas no espaço continental.



Sábado, na Voz do Operário

2.º Sorteio das EP's

Intervenção de Dias Lourenço

No próximo sábado, dia 15, às 21 e 30, realiza-se no salão da Voz do Operário, em Lisboa, uma sessão-festa, na qual decorrerá o segundo sorteio das Entradas Permanentes da Festa do «Avante!», iniciativa agendada com particular entusiasmo.

Haverá intervenções do camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!»,

que abordará a actual situação política, e do camarada Hipólito Santos, do Comité Central, da DORL e da Comissão Central da Festa, que falará sobre diversos pormenores relacionados com a realização e preparação da Festa que em 4, 5 e 6 de Setembro levará o Portugal de Abril ao Alto da Ajuda.

A sessão-festa tem entrada livre.



um espectáculo

Mais e mais, na grande imprensa como na rua, que refletem da curiosidade e inteligência do homem comum dos nossos dias, as noções de história e de vida presente se vão encadeando e alargando em conjunto.

A velha história-museu, de misteriosos acontecimentos meio-silenciosos e sombrios onde se cruzam datas, datas e factos em cerimoniais curvaturas e solenes, está a dar lugar, no entendimento do vulgo, a imagens mais espontâneas, mais sensíveis e, em alguns aspectos, talvez, mais exactas. Nesta ordem de ideias, não me surpreenderia se, por exemplo, no interior escuro da imagem de D. Afonso Henriques, imposta, desde sempre, me conheço, em pesados e frios blocos de mármore, penetrasse um chefe guerrilheiro do nosso tempo, coberto, contra o império árabe e com o apoio dos camponeses, na formação de uma pátria livre, que dependente onde pudessem frutificar e desenvolver as capacidades produtivas de todos. Não seria, para o socialismo, mas é possível que esta aproximação de experiências, apesar de tão desfasadas no tempo, tivesse, de certo modo, alguns acontecimentos políticos verificados na primeira dinastia.

Penso que o sucesso nacional da Festa do «Avante!», ao sobrepassar as fronteiras da família portuguesa, ainda que a acção desta esteja subordinada aos interesses do país, se deve, em parte, ao facto de a Organização ter sabido compreender, reflectir, estimular e coordenar as tendências renovadoras da mentalidade colectiva dos jovens e dos trabalhadores portugueses em geral. Nós próprios, os praticantes da chamada portuguesa música, provindos de diferentes quadrantes, acabamos por integrar-nos quase que espontaneamente, no espírito da Festa. Tudo nos parece inspirado e facilitado. De resto, nestas coisas da pequena e da grande música, nos momentos em que se torna necessário segurar, firme, os movimentos mais sacudidos e serpenteantes da história, há que discutir qual a música menor ou a música maior, será chamada a desempenhar o papel mais activo.

Dir-me-iam, noutros tempos, os detractores da pequena música, que não são estas, por si só, razões de qualidade musical. Concorro. Mas são razões de história e isso é tudo quanto, para o que pretendemos, basta. Com efeito, que sabemos nós da influência do melhor "rock" na tomada de consciência dos jovens de todo o mundo, sangue e carne das grandes tradições?

Um poema da Festa

A 5.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL) é um dos muitos organismos do Partido que editou um boletim informativo exclusivamente sobre a Festa do «Avante!». Numa edição recente, além de revelar pormenores sobre o ritmo de venda da EP, as jornadas de trabalho no Alto da Ajuda e a participação dos artistas na Festa, aquele boletim publica na primeira página um poema que diz assim:

Setembro, de quatro a seis,
lá bem no Alto d'Ajuda,
daremos como sabeis
das festas a mais taluda

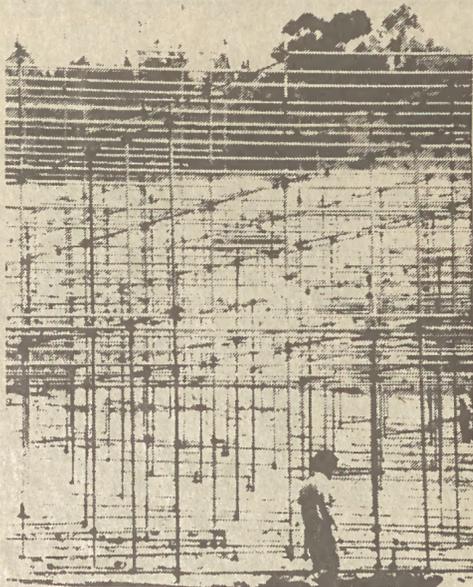
Com alegria e vontade
este ano, melhor ainda
faremos uma cidade
que todos vão achar linda

Ao trabalho camaradas
pois sem ele nada existe
sejam nossas mãos enxadas
e ninguém vai ficar triste

Também pouco tempo resta
para vender as EP's.
Queremos na nossa festa
todo o Povo português

Trabalhem pois a fundo
a bem da voz do Partido.
Não há prazer mais profundo
do que um dever bem cumprido

Vamos todos corresponder aos apelos do poema!
E... parabéns ao autor (anónimo).



Reforçar a mobilização para as jornadas de trabalho

Faltam três semanas para a Festa do «Avante!».

No Alto da Ajuda há ainda muito trabalho para fazer e os próximos fins-de-semana serão fundamentais para o pleno êxito da nossa Festa.

Camaradas e amigos com ou sem especialização profissional nas tarefas mais directamente relacionadas com a actividade que se desenvolve na Ajuda — embora a participação de carpinteiros, pintores, pedreiros, montadores, desenhadores, electricistas, canalizadores, etc., seja esperada com especial atenção — jovens, homens, mulheres, militantes, simpatizantes e amigos do Partido, todos nós somos necessários no Alto da Ajuda!

Vamos pôr de pé a maior Festa do Portugal de Abril! Vamos participar nas jornadas de trabalho!



Parede

Realiza-se no próximo dia 22, às 21 e 30 horas, no Centro de Trabalho da Parede, um convívio no decorrer do qual será passado um filme sobre a Festa do «Avante!» e haverá discussão sobre alguns aspectos da próxima Festa.

Arroios

Hoje à noite efectua-se no Centro de Trabalho do PCP em Arroios (Lisboa) uma sessão sobre a Festa do «Avante!», no decorrer da qual serão exibidos alguns filmes.

O início da sessão está previsto para as 21 e 30.

Covilhã

e Tortosendo

Covilhã e Tortosendo preparam com especial entusiasmo a Festa do «Avante!» — 1981.

Os camaradas estão empenhados na realização de iniciativas «porta-a-porta» com o objectivo da recolha de ofertas; há já dezenas de inscrições para as viagens a Lisboa por ocasião da Festa; e a venda da EP continua em bom ritmo, havendo já um significativo número de Entradas Permanentes vendidas.

A ilha do Pico no Alto da Ajuda!

É verdade!

A ilha do Pico vai estar presente no Alto da Ajuda, a 4, 5 e 6 de Setembro.

Como é isso possível, pergunta o amigo leitor...

Ora bem: a Comissão do PCP e da JCP da ilha do Pico para a Festa do «Avante!» explica-nos como é.

«A Festa do «Avante!», para além de ser a Festa do órgão central do PCP, é também a Festa do Portugal de Abril, Festa que é vivida do Minho à Madeira, dos Açores ao Algarve.

«Todo o nosso país estará presente nesta grandiosa Festa, não só através das organizações do PCP e da JCP, como ainda milhares de pessoas que não são militantes nem da JCP nem do PCP, daí que ela seja a Festa de todo um Povo trabalhador, a Festa do Portugal de Abril.

«Na nossa ilha, as organizações do PCP e da JCP, desde há muito que vêm preparando a sua representação no stand dos Açores e connosco estão também muitos outros democratas que nos ajudam nesta tarefa.»

Temas de saúde em debate na Ajuda

De acordo com o desejo expresso pelos camaradas a trabalhar na implantação da nossa Festa, realizou-se recentemente uma sessão-debate subordinada ao tema «O que os Comunistas Defendem Como Garante do Direito à Saúde dos Portugueses».

A sessão, que decorreu no refeitório instalado no Casalinho da Ajuda, foi bastante participada, cabendo a sua orientação a camaradas e amigos do Partido, trabalhadores de Saúde (médicos e enfermeiros). A introduzir a sessão foi projectado um filme sobre «Cuidados Primários de Saúde». Do questionário recolhido

com vista à programação de iniciativas semelhantes durante o mês de Agosto, foram apurados vários temas que serão tratados pela ordem seguinte: «Problemas da Alimentação» (hoje, dia 13); «Saúde da Família e Planeamento Familiar»

(quinta-feira, dia 20); «Higiene Individual e Higiene Colectiva» (quinta-feira, dia 27). As sessões realizam-se no refeitório da Festa (Casalinho da Ajuda) e serão também orientadas por camaradas e amigos ligados ao sector da saúde.

Sardinhada

A célula dos trabalhadores comunistas do Hospital dos Capuchos organiza no próximo sábado, dia 15, uma sardinhada no Alto da Ajuda.

Os camaradas e amigos que trabalham naquela unidade hospitalar interessados em participar na iniciativa devem contactar os camaradas Alberto Silva (fiscalização) ou António Gonçalves (portaria).

Entretanto, procedeu-se recentemente à administração da primeira dose da vacina antitetânica aos camaradas e amigos que trabalham na implantação da Festa do «Avante!». Esta iniciativa deveu-se à colaboração da Delegação de Saúde de Lisboa, que, respondendo ao pedido formulado pela Comissão Central da Festa, permitiu a ida de uma visitadora sanitária que prestou óptima ajuda à equipa de saúde em serviço no posto médico de Festa. A aplicação da segunda dose daquela vacina está já assegurada através da colaboração da mesma entidade.

do vante!

Carlos Paredes revela-nos um mundo diferente que poderemos ver na Festa

na, nações sociais de amanhã, em relação aos sistemas do hoje que os marginalizam e lhes negam o acesso ao futuro? e da até mesmo no que respeita à avaliação das suas próprias forças: não contribuiu para o fim da guerra do Vietnã a recusa de muitos milhares de jovens em alimentarem-se à custa das suas vidas, recusa manifestada insistentemente através de concertos de música "rock" para falas compactas multidões? E não marcou o fim dessa guerra o início da libertação irreversível de tantos outros povos? Aqui mesmo, em Portugal, não mexeram, em grande medida, por detrás dos acontecimentos do 25 de Abril as danças de José Afonso, dos seus companheiros e coreógrafos? E quanto ao fado, canção dos bairros pobres, em-obrigados a deitar mão às formas mais duras e degradadas da sobrevivência, é ainda mal conhecida a influência e in-que teve na formação e determinação revolucionária de operários e civis nas grandes lutas republicanas. E, caro, assim, por aí fora, quantos outros exemplos deste género de espírito que, de uma maneira ou de outra, não tem a intenção de marcar o estilo dos seus mais originais ex-actantes, ao longo de duzentos anos de existência.

Por outro lado, Zina, a divulgadora do folclore de Coimbra, chamou-me a atenção para a música que, já desde muito antes do aparecimento do fado dos estudantes, tem sido composta para consumo da população da cidade e cantada à volta das fogueiras, em noites de festa popular. A projecção do fado de Coimbra manteve-se em segundo plano. Meu pai, no seu inconfundível estilo de guitarrista, fundiu, por assim dizer, o que havia



de comum em ambos os géneros, ao mesmo tempo que recuperava a sonoridade original do instrumento, mais de acordo com as intenções estilísticas dos jovens ingleses para quem foi criado no século da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

Júlio Pereira, extraordinário executante do cavaquinho, fala-me, também, do último disco que gravou, inteiramente dedicado a esse instrumento popular que, como o demonstrou o sociólogo professor Jorge Dias, foi levado pelos emigrantes portugueses para o Brasil, a América Central, Cabo Verde e assimilado pelas respectivas culturas.

Enquanto o cavaquinho sai de Portugal para outras regiões onde acaba por fixar-se, a guitarra portuguesa chega-nos de um país estrangeiro colocado no centro de substanciais transformações históricas às quais Portugal, dominado quase sempre por administrações retrógradas, não consegue dar a resposta conveniente. Mas a guitarra inglesa (hoje portuguesa) traz consigo uma mensagem que ainda permanece. Eis aqui um exemplo das duas faces dum velho mecanismo de intercâmbio cultural.

Adelino Tavares da Silva, Zina, Júlio Pereira, e possivelmente outros companheiros, vamos tentar, com isto, erguer um informal espectáculo. A vedeta, será o conjunto de todas estas relações, levadas tão longe quanto nos for possível. Para isso será muito útil a participação do público. Da plateia, num pequeno auditório, terá um campo de visão diferente do nosso. As suas opiniões, conhecimentos e pontos de vista, oferecer-nos-ão novas pistas para a compreensão da pequena música na sua tão específica função cultural.

Carlos Paredes



O programa do polidesportivo



A semelhança do ano anterior, a Festa do «Avante!» terá um recinto exclusivamente dedicado às actividades desportivas, no qual funcionará um polivalente com iniciativas nos três dias da Festa. Além de dois festivais internacionais de ginástica (com a participação das equipas dos países socialistas) a

efectuar dias 5 e 6, o polidesportivo da festa do «Avante!» mobilizará as atenções de muitos visitantes devido à realização das seguintes jornadas:

- Futebol feminino com equipas de Leiria e Setúbal
- Basquetebol com deficientes
- Torneio de futebol dos

- Pioneiros (fase final)
- Andebol masculino (equipas de Leiria e Setúbal)
- Andebol feminino (equipas de Lisboa e Setúbal)
- Basquetebol (formações de Setúbal e Lisboa)
- Voleibol masculino e feminino
- Torneio de futebol de salão «Avante!» (fase

- final)
- Demonstrações de Jogo do Pau
- Ginástica, judo e outras modalidades (colectividades populares)
- Para os festivais internacionais de ginástica está prevista a realização de iniciativas complementares, nomeadamente folclore e Jogo do Pau.

Ginastas de elevada craveira internacional na nossa Festa



● Equipas da URSS, RDA e Hungria

A ginástica, modalidade desportiva de grande impacto e prestígio, ocupará uma vez mais, presença destacada no programa da Festa do «Avante!», correspondendo-se, assim, à vontade e ao interesse de muitos dos visitantes da maior Festa do Portugal de Abril.

Para além da participação de ginastas de colectividades populares do nosso país, teremos oportunidade de ver em acção no Alto da Ajuda equipas de ginástica desportiva, acrobática e rítmica-desportiva de três países socialistas: União Soviética, RDA e Hungria.

Estas delegações serão integradas por atletas de elevada craveira internacional, participantes nas mais importantes competições internacionais (Campeonatos do Mundo e da Europa, Jogos Olímpicos, etc.), sendo alguns deles vencedores dessas provas.

No decorrer da Festa do «Avante!» haverá três festivais internacionais de ginástica: no dia 4, à noite, no palco principal; no dia 5, à noite, no polidesportivo; e no dia 6, às 11 horas da manhã, também no polidesportivo.

4.ª Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria

● Lisboa: dia 23, em Belém

A 4.ª edição da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria, em Lisboa, decorrerá no próximo dia 23 (domingo), durante a manhã, na zona da Torre de Belém, de acordo com o seguinte horário:

Às 10 horas, atletas dos 9 aos 12, masculinos e femininos, 2 mil metros; às 10 e 20 atletas dos 13 aos 16, masculinos e femininos, 3 mil metros; às 10 e 40, atletas dos 17 anos em diante, só

masculinos, 5 mil metros; a prova de marcha, para atletas dos 9 anos em diante, masculinos e femininos, decorrerá a partir das 11 horas.

Serão entregues taças até ao terceiro lugar por equipas no conjunto de todas as provas, contando para o efeito de pontuação os primeiros cinco atletas de cada equipa em cada prova.

Haverá medalhas até ao quinto classificado em cada prova e prémios de participação para todos os atletas.

As inscrições funcionam em todos os Centros de Trabalho do PCP do distrito de Lisboa.

A Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria, que este ano funciona em moldes diferentes — foi «descentralizada», o que significa que teremos provas idênticas sem ser em Lisboa e em datas diferentes — é uma iniciativa aberta a todos os interessados: associações, grupos, clubes, colectividades e atletas individuais.

Além de Lisboa, haverá Corrida e Marcha no Porto, Beira Litoral, Santarém, Alentejo e Setúbal (nesta região teremos provas em Almada, Alcochete, Montijo, Sines, Barreiro, Moita, Seixal e Setúbal).



Torneio de futebol



Na nossa edição do próximo dia 27 apresentaremos o calendário dos jogos a disputar no polidesportivo da Festa, a contar para a fase final do Torneio de Futebol de Salão «Avante!»-81. Nessa fase, tal como indica o Regulamento, «estarão em disputa taças para os três primeiros classificados e serão distribuídas lembranças a todos os participantes».

No distrito de Lisboa (fase de apuramento) venceu a equipa «Fórmula-8» que bateu a turma do «Juventude e Desporto» por 4-0, em encontro disputado no campo do Magalhães Lima, perante grande número de assistentes. Antes do jogo, realizou-se um desafio de treino entre equipas de Pioneiros.

No conjunto das regiões de Setúbal, Alentejo e Algarve venceu a equipa de Sesimbra, que nas eliminatórias levou de vencida as formações representativas de Faro (8-1) e Évora (9-1).

Uma pequena rectificação: ao contrário do que referimos na passada semana, a região que apresentou maior número de equipas no Torneio de Futebol de Salão «Avante!» — 81 foi Lisboa, com 99 formações, seguindo-se Setúbal com 89.



FESTA DE AVANTE/81 ALTO DA AJUDA

A implantação da Festa; a organização dos espectáculos; a preparação da 3.ª Bienal de Artes Plásticas, do programa desportivo, da Cidade Internacional, da representação da Juventude, dos Pioneiros, das Mulheres e das outras organizações do Partido; a divulgação da Festa; a venda das EP's — enfim, os grandes e os pequenos pormenores da realização do maior convívio do Portugal de Abril não estão esquecidos e em torno deles muitos camaradas e amigos avançam com determinação, numa dinâmica colectiva

com muito entusiasmo que ainda no passado fim-de-semana teve significativa expressão nas jornadas de trabalho voluntário no Alto da Ajuda: 350 pessoas no sábado passado e mais de 530 no domingo!

Agora, que faltam apenas três semanas para a Festa, maior terá de ser o nosso empenhamento na sua preparação.

Vamos «dar vida» a esta planta! Vamos erguer a Festa!



Está já assegurada a participação de atletas de várias colectividades populares no programa desportivo da Festa do «Avante!», que decorrerá nos três dias do grande convívio no Alto da Ajuda. A ginástica, nas suas mais variadas componentes, e o judo são as modalidades que podemos confirmar como certas no polivalente

Um convite às colectividades!

desportivo da Festa, nomeadamente ao nível das demonstrações. A organização está entretanto, aberta a outras participações e, por isso, aqui fica o nosso convite às colectividades e grupos ou aos desportistas para a sua participação colectiva ou individual no programa da Festa, em todas as modalidades que se ajustem

às características do polivalente do Alto da Ajuda. O convite está feito. Esperamos agora por respostas! As colectividades ou atletas individuais interessados devem contactar a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», que funciona no Centro de Trabalho do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes em Lisboa.

Nacional

AÇORES: um oportuno documento da DORAA

Questões económicas, políticas e sociais analisadas pelos comunistas da Região

O custo de vida e o abastecimento de géneros; trabalho e emprego; a situação da agro-pecuária, pescas e integração na CEE; a presença da NATO; o Poder Local; a corrupção no arquipélago; e a importância da unidade democrática — são os aspectos abordados pela Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA), num documento aprovado recentemente pela sua Comissão Executiva, reunida em Ponta Delgada.

Sobre cada um daqueles temas, passamos a referir algumas das passagens mais significativas:

• Custo de vida e abastecimento

"Vários indícios, alguns relacionados com a situação no continente e as próprias convulsões económicas nos países da CEE, da Europa dos monopólios, permitem concluir que, a este nível, se desenha no horizonte regional um período de maiores dificuldades na sua economia, já de si muito débil.

"Tais dificuldades crescentes já se fazem sentir nos mais importantes sectores produtivos da Região.

"A resposta do Governo Regional PPD/PSD a esta situação visa principalmente fazer pagar essas dificuldades à custa dos bolsos dos que menos têm.

"Os aumentos dos preços dos produtos não param. No entanto, os salários, em geral, são os mesmos ou sobem menos que os preços; tratar da saúde é cada vez mais caro; os transportes sobem e os preços da habitação e das rendas tornam-se insuportáveis (...)"

Depois de se referir aos aumentos dos preços em produtos como os ovos, carne, de porco e de vaca, leite, tabaco, etc., e aos problemas da comercialização e escoamento, o Executivo da DORAA sublinha:

"Também aqui a resposta do Governo Regional do PPD/PSD não satisfaz. Regularizar o comércio e o abastecimento não é ser-se "merceeiro"; é uma tarefa muito mais complicada, que exige acção, competência e responsabilidades ao Governo Regional; que exige respeito pelas populações atingidas.

"Se as preocupações do Governo Regional fossem no sentido de melhorar e regularizar a rede de transportes e armazenagem, através de uma efectiva planificação, o problema seria a breve prazo substancialmente reduzido e os preços menos especulativos. As ilhas mais

isoladas sentiria menos os efeitos desse isolamento."

• Trabalho e emprego

"O grande patronato e os grandes proprietários usam e abusam cada vez com maior frequência dos contratos a prazo (cuja alteração à lei já previstas, isto é, aprovadas na generalidade na Assembleia da República, a maioria PPD/CDS pretende ver congeladas na prática); usam e abusam dos despedimentos sem justa causa; das pressões económicas sobre os trabalhadores; da repressão nas empresas e em muitos casos não pagam sequer o salário mínimo exigido por lei. Nas mesas das negociações com os representantes legítimos dos trabalhadores, o autoritarismo, a intransigência e até a ameaça, da outra parte, começam a tornar-se moeda corrente.

"Da parte do Governo Regional do PSD, a par do desinteresse em contribuir, no seu âmbito, para regularizar estas situações abusivas no sector privado (a não ser nos casos mais escandalosos e que chegam ao conhecimento público), assiste-se, pelo contrário, a uma clara e crescente concertação de acções no sentido de fazer cair sobre os trabalhadores o peso maior das dificuldades económicas que se desenharam a nível regional e no sentido de lhes travar os movimentos ou obstaculizar o desenvolvimento da sua legítima organização.

"Assim, tripudiando a lei na maior parte dos casos, o Governo Regional e as suas secretarias fecham os olhos e até fomentam a prática disimulada dos contratos a prazo na Função Pública; instauram métodos de perseguição velada e até aberta aos trabalhadores que utilizam o seu legítimo direito à greve ou que desempenham funções sindicais; desrespeitam as categorias profissionais (utilizando critérios

obscuros para as definir) e não regularizam correctamente a situação de muitas; legislam, sem possuir essa competência, por cima de diplomatas da Assembleia da República no sentido claro de prejudicar os trabalhadores

Quatro perguntas ao Governo Regional

A propósito do ambiente de corrupção que se sente na Região Autónoma dos Açores, os comunistas açorianos colocam quatro perguntas ao Governo Regional:

● **É verdade ou não que existem secretários regionais e directores regionais que, sendo proprietários ou sócios de determinadas empresas, fazem com que essas empresas tenham negócios privilegiados com departamentos governamentais?**

● **É verdade ou não que existem presidentes de Câmaras afectos à maioria que realizam ilegalmente negócios pessoais com os municípios a que presidem?**

● **É verdade ou não que existem personalidades afectas ao PPD/PSD que são nomeados pelo Governo para exercer simultaneamente diversos cargos, acumulando assim vencimentos e outras regalias e realizando regra geral péssimo trabalho em todos esses cargos?**

● **É verdade ou não que são concedidos de forma obscura determinados subsídios ou facilidades creditórias a certas empresas privadas?**

"A lista de questões a pôr poderia continuar. Estas questões preocupam muito seriamente todos os cidadãos honestos destas ilhas. Ao Governo e à maioria política não compete, como tem sido feito, ameaçar quem fala destas questões, mas sim responder depressa e com clareza. A defesa da dignidade do Estado assim o exige!», declara a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP.

res dos Açores em relação aos do resto do País; fazem sair disposições inconstitucionais nas Secretarias; etc.

"Tais situações justificam e impõem claramente, conforme a DORAA do PCP tem insistentemente referido, que, na revisão constitucional que se aproxima, a manutenção na Constituição da República do seu Art.º 230.º seja intransigentemente defendida em nome dos interesses vitais dos trabalhado-

res da Região, contra a vontade do PPD/PSD que o desejaria ver pura e simplesmente abolido.

"Tais situações justificam e impõem claramente que os trabalhadores se vejam obrigados a reforçar a sua organização própria, a unirem-se e lutarem pelos seus direitos, a defenderem com mais força os interesses e regalias sociais a que têm direito e que o 25 de Abril consagrou na Constituição da República.

"Desta forma, a Comissão Executiva da DORAA, congratula-se com as vitórias que a unidade e organização dos trabalhadores açorianos

cada vez pior situação económica.

"Os factores de produção (adubos, pesticidas, sementes, rações, combustíveis, etc.) aumentaram de tal maneira que, em alguns casos, chegaram aos 140 % mais caros (rações, por exemplo). Se já anteriormente a vida se tornava difícil, muito mais complicada se torna agora para a maioria dos que lidam com a terra e com a lavoura.

"Que respostas dá o Governo Regional do PSD a tal situação?

"Que medidas se têm tomado, para além das que se conhecem e são claramente insuficientes, não cobrindo de nenhuma forma as carências em apoio técnico, sanitário e económico?

"Inúmeras visitas de estudo têm sido feitas pelo actual secretário regional. Mas estas visitas não visam certamente a adopção de medidas no sentido de melhorar a situação difícil dos pequenos e médios agricultores e lavradores (e até de alguns dos considerados grandes...); o seguro do gado e das culturas; os preços fixados antes das colheitas; a melhor e mais barata assistência veterinária; o apoio real ao sector cooperativo — apenas como exemplos.

"Mas medidas virão em consequência destas visitas e não só, consequentes também da vontade e dos desejos dos políticos da Europa da CEE, e que se traduzirão na prática, caso se venha a verificar a integração, na inevitável falência da maioria dos pequenos e médios agricultores e lavradores açorianos.

"A DORAA do PCP não pode deixar de alertar mais uma vez para os perigos reais e muito sérios que a política de integração dos Governos Regional e Central traz consigo. Isto não só no sector agro-pecuário, mas também no sector das pescas, onde a integração na CEE provocará a entrega da exploração da nossa ZEE (Zona Económica Exclusiva) à voracidade dos monopólios industriais de pesca da Europa do Mercado Comum que melhor pagarem pela exploração do mar dos Açores.

"A ZEE transformará rapidamente na "DEE" (Dependência Económica Exclusiva) da Europa do Mercado Comum. Tal solução é na prática um atentado aos

tém obtido em alguns sectores, na difícil luta por melhores salários e condições de vida (Empresa Insular de Electricidade e Portuários do Faial, por exemplo)".

• Agro-pecuária, pescas e integração na CEE

"A pequena e média agricultura e lavoura (que são a maioria dos que contribuem actualmente para o rendimento regional) caminha a passos largos para uma



Não é fácil a vida dos que se dedicam à agro-pecuária e às pescas na Região Autónoma dos Açores. Caso venha a ocorrer a tão falada adesão à Europa dos monopólios, mais difícil será a vida. Depois, quem responderá pelas consequências?

interesses da produção nacional e regional!"

• A presença da NATO

"A submissão aos interesses estrangeiros, a par da que os Governos Central e Regional manifestam na política de integração na CEE, alarga-se e avoluma-se em relação a outro campo de interesses:

"Continua a verificar-se um intenso interesse da parte da NATO pela instalação ou reforço das instalações militares no arquipélago. É prova desta afirmação a recente visita a Santa Maria e à Terceira de mais uma missão da NATO.

"Por seu turno, o Governo Regional continua a seguir a orientação, contrária aos interesses das populações e altamente perigosa para a Paz Mundial, de facilitar e incentivar a instalação de bases e efectivos militares estrangeiros na Região.

• Poder Local

"A DORAA do PCP congratula-se e saúda a passagem a cidades das antigas vilas da Praia da Vitória e da Ribeira Grande — 46.ª e 47.ª cidades do nosso País — considerando que a dimensão das suas actividades económicas e socioprofissionais claramente justificam e as tomam merecedoras do título que conquistaram e deseja que isso venha a contribuir no futuro para o seu maior desenvolvimento e dos seus concelhos e por consequência de toda a Região.

"Mas no repetente aos interesses locais das populações, não pode por outro lado, a DORAA do PCP deixar de alertar uma vez mais para o prejuízo que para aquelas advém do não cumprimento integral da Lei das Finanças Locais (o que retira milhares de contos a cada uma das Câmaras Municipais); para os atentados que se repetem ou estão em preparação contra a autonomia do Poder Local, nomeadamente o projecto-lei sobre a Tipologia dos Investimentos e o boicote a vários níveis que alguns dos representantes do partido do Governo, com maiores responsabilidades nas Assembleias Municipais ou de Freguesia, fazem ao pleno funcionamento desses órgãos do Poder Local democrático nascidos com Abril, com todo o prejuízo que isso implica para a vida da população que os elegeu".

"Verificou-se recentemente a demissão do sr. Lagarto do cargo de secretário regional do Trabalho.

"Por declarações públicas do presidente do Governo veio a saber-se ter sido essa demissão determinada por «razões de defesa da dignidade do Estado». Mais nada foi dito oficialmente, sendo no entanto do conhecimento público ter-se o referido secretário Regional envolvido, pelo menos, em actividades ilegais ligadas a negócios de jogo clandestino.

"A DORAA do PCP condena firmemente a cortina de silêncio criada pelo Governo à volta desta questão e reclama desse mesmo Go-

verno explicações concretas, uma vez que o povo da Região necessita de conhecer em profundidade aquilo de que são capazes elementos de enormes responsabilidades públicas durante um longo período de tempo.

"Este caso veio, contudo, avivar uma grave questão que é insistentemente referida em vastos sectores da vida regional e que se prende com a existência de corrupção em sectores da máquina administrativa e da maioria política. (...)"

• Unidade

"A DORAA do PCP procurou neste documento alertar a opinião pública para alguns dos graves problemas que caracterizam a situação política regional actual.

"O quadro traçado, resultado da análise fria dos acontecimentos, aponta indiscutivelmente para a necessidade imperiosa que existe de criar as condições que levem a uma alteração da situação.

"Alterar a lamentável situação actual no sentido de criar um poder regional democrático, que respeite a liberdade e os direitos dos cidadãos, e que governe a favor dos mais desprotegidos, que ponha termo à corrupção, que dignifique a vida individual e colectiva dos cidadãos — passa sem qualquer dúvida pela intensificação da oposição ao actual poder regional estabelecido, pelo reforço da unidade na acção de todos quantos se reclamam da democracia política, económica, social e cultural.

"A DORAA do PCP considera que democratizar a vida política regional, no quadro institucional definido na Constituição, é a primeira tarefa e a responsabilidade irrecusável de todos os partidos e forças democráticas que actuam na Região Autónoma dos Açores."

Juventude

Madalena (Gaia) 200 jovens acampados

Está a decorrer desde 1 de Agosto o acampamento da Juventude, promovido pela JCP, na Madalena-Gaia. Num ambiente de repouso e agradável convívio, cerca de 200 jovens têm vindo a gozar as férias necessárias para recuperar forças para o trabalho, o estudo e a luta em defesa dos seus interesses e da democracia.

O fogo de campo tem sido um ponto alto de convívio, todas as noites, depois da praia e das actividades desportivas.

Na primeira semana, mereceu particular realce o fogo de campo dedicado ao 60.º aniversário do PCP, com a presença do camarada Edgar Correia, membro do CC do PCP e da DORP, em que se debateu a situação política, e as posições e alternativas apontadas pelo PCP, tendo sido reafirmada a necessidade urgente do afastamento da AD da área do governo e a realização de eleições antecipadas.

Para a última semana há a destacar:

● Fogo de campo dedicado à Reforma Agrária, com a presença de um dirigente do Sindicato

dos Trabalhadores Agrícolas de Beja;

● Fogos de campo com os grupos «Sete de Maio», «Mensagem» e Carlos Cunha.

A sessão de encerramento é dia 15, englobando um concurso cultural com a participação dos campistas, uma grande Noite de Fado e o fogo de campo dedicado à discussão da situação, problemas e tarefas da juventude na situação actual, com a presença do camarada Pina Moura, membro do CC do PCP e do Secretariado e Comissão Executiva da JCP.

A conclusão dos torneios de

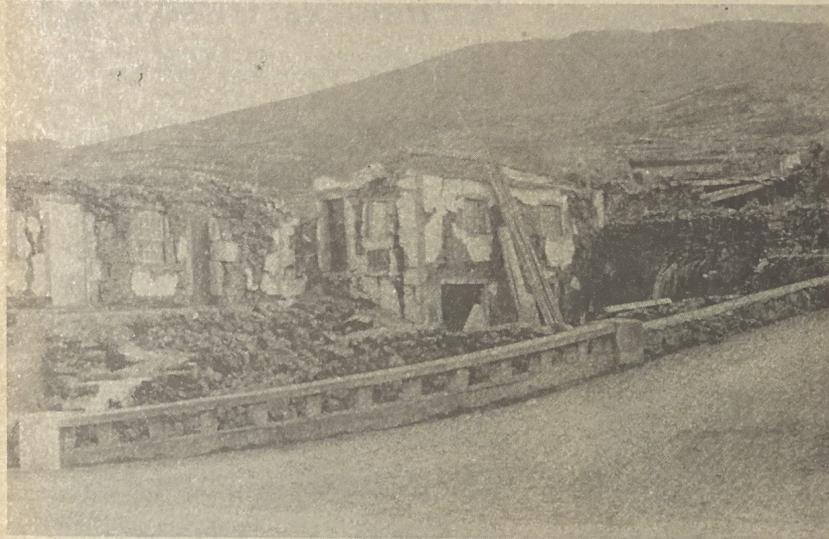
futebol, voleibol e malha e a continuação das provas de atletismo, que tem contado com larga participação dos jovens acampados, estão previstas para sábado.

A organização e a criatividade dos jovens campistas tem-se revelado através da participação nas tarefas do acampamento, na manutenção dos serviços de bar, armazém, recepção e limpeza do acampamento, no jornal de parede e na criação de programas de diversão que preenchem num ambiente vivo, de alegria e fraternidade, os tempos livres do acampamento.

Acampamento no Moledo

Junto ao parque de campismo de Caminha, abre amanhã, na praia do Moledo, um acampamento juvenil de três dias promovido pela Organização Regional do Minho da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

No decorrer do acampamento está prevista a realização de diversas iniciativas de carácter cultural, desportivo e recreativo. Os interessados que ainda não se inscreveram devem contactar rapidamente qualquer Centro de Trabalho do PCP na região do Minho.



O terramoto que atingiu os Açores, em Janeiro de 1980, não pode ser desculpa contínua para os graves erros e para a inoperância do Governo Regional

O Militante

No número 74, de Agosto, destacamos:

- O PCP e a revisão constitucional
- Os fracassos da política de integração de Portugal na CEE
- Alguns artigos sobre a campanha organizativa

Poder local

«Poder central» e «poder local» no distrito de Setúbal

Com o 25 de Abril nasceu no distrito de Setúbal um novo poder local, o «Poder Local Democrático», que a Constituição de 1976 enquadrou legalmente e que as eleições de 16 de Dezembro de 1979 confirmaram, numa votação em que o povo do distrito deu à APU 185 855 votos e 873 mandatos, o que corresponde a 58,7% dos eleitos. As 13 Câmaras, todas de maioria APU, exprimem a força do movimento democrático no distrito.

O distrito de Setúbal, pela sua importância, tem um considerável peso sociopolítico e económico. Nele coexistem os grandes aglomerados urbanos, zonas industriais integradas por grandes complexos fabris e que incluem algumas das mais importantes empresas nacionalizadas — Quimigal, Siderurgia Nacional, Setenave, entre outras — e uma vasta região agrícola em que predominam as UCP's/Cooperativas, constituídas inicialmente por cerca de 100 mil hectares de terras, dos quais já foram roubados, mercê da ofensiva destruidora das forças reaccionárias encabeçadas pelo Governo da AD, mais de 40 mil hectares.

Se é certo que existe uma grande avanço e uma rica experiência em termos de autonomia administrativa e financeira das Câmaras e Juntas de Freguesia, é também certo que o poder central continua a intervir abusivamente na área dos municípios, das formas mais diversas e bizarras, comprometendo planos e programas, não auscultando as populações e os seus legítimos representantes.

A gula centralizadora da AD e do seu Governo não tem limites. Podemos enumerar centenas de casos de ingerência do poder central na vida das autarquias do distrito de Setúbal.

O MAP demarca e desanexa arbitrariamente reser-

vas. Em vários casos os tribunais pronunciaram-se pela ilegalidade de tais desanexações. Esta política criminosa do MAP criou a nível de cada concelho uma numerosa população desempregada que diariamente bate às portas das autarquias na esperança de um posto de trabalho que lhe permita a sobrevivência. Normalmente nas reservas demarcadas transferem para os reservatórios infra-estruturas várias (água, luz, acessos) e bens imobiliários suportados pelas autarquias total ou parcialmente, sem proceder a qualquer reembolso.

Veja-se um exemplo: a Câmara de Alcácer do Sal solicitou ao MAP terrenos rústicos nacionalizados para expansão dos núcleos urbanos existentes, mas este ministério do Governo AD, tão pronto a dar terra aos grandes latifundiários, a falsos rendeiros e agricultores por ele inventados, apesar de largos meses decorridos, ainda não resolveu esta questão, solicitada pela Câmara para benefício das populações locais.

A Secretaria de Estado das Pescas enfeitando totalmente a sua responsabilidade na construção dos portos de pesca de Sesimbra e Sines, não aproveitando o plano de localização apresentado pela CMS e pelos pescadores e adiando indefinidamente a resolução do porto

de Sesimbra por motivos claramente políticos, é outro exemplo bem vivo da política de centralização e ingerência abusivas do Governo AD.

● Vários e significativos exemplos da intervenção abusiva do poder central na área dos municípios, comprometendo planos e programas, e de como, apesar de tudo, as 13 Câmaras (todas de maioria APU) do distrito têm realizado uma obra notável.

Também no Ministério do Comércio e Turismo e nas suas Direcções Gerais a acção vai no sentido de complicar a vida dos municípios.

A criação da famigerada zona de jogo de Tróia, à revelia da Câmara de Grândola; pareceres de interesse turístico a estabelecimentos sem qualquer interesse local; a proliferação de «boites», bares e *dancings* de moral duvidosa, são, entre outros, exemplos da intervenção abusiva do poder central.

A Secretaria de Estado da Cultura permite a depauperação do património cultural do distrito, possibilitando, por negligência, a destruição das grutas de Sesimbra — recém-descobertas — por permissão do avanço da pedreira ali existente.

Apesar das insistências da Câmara do Seixal, aquela Secretaria de Estado não

procede à aquisição dos Moinhos de Maré, existentes na região forçando a Câmara a adquiri-los no intuito de salvaguardar o património cultural da zona.

No concelho da Moita, apesar de alertado várias vezes pela Câmara, o Governo central está a permitir a venda dos antigos barcos do Tejo («varinos» e «fragatas») a cidadãos estrangeiros, nomeadamente holandeses e ingleses, restando já poucos exemplares. A Câmara, no sentido de defen-

der o património concelhio, decidiu comprar um dos últimos «varinos» para que o concelho não ficasse desprovido desse espécime etnográfico da região.

A defesa do património cultural e histórico do distrito exige medidas urgentes por parte do Governo que, ao contrário, se compraz em destruí-lo.

Têm grandes tradições a vida associativa, no distrito de Setúbal, nomeadamente as colectividades, verdadeiros baluartes da cultura e da resistência ao fascismo. Sempre tiveram e continuam a ter um papel muito importante na defesa da cultura popular. Neste sentido é inconcebível que os instrumentos musicais sejam considerados artigos de luxo, o que conduz à asfixia das bandas filarmónicas e mesmo das colectividades de recreio, com graves prejuízos para as populações e em pri-

meiro lugar para a juventude.

Nos problemas da saúde o panorama é também desolador. Apenas alguns exemplos: em Sines, Sesimbra e Grândola o Ministério dos Assuntos Sociais do demitido ministro Macedo mandou encerrar os hospitais a partir das 20 horas, deixando as populações sem assistência.

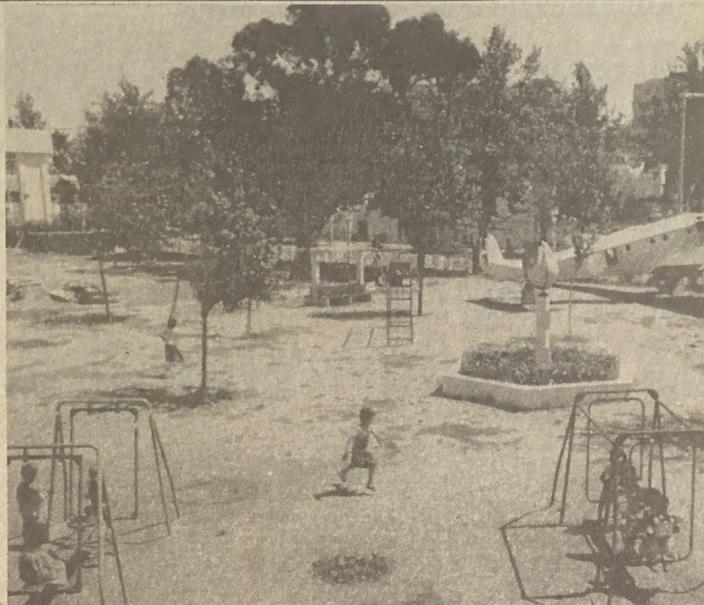
Por outro lado, decidiu a construção de um hospital distrital no Barreiro com cerca de 500 camas, sem se responsabilizar pelos custos dos acessos e outras infra-estruturas, acarretando para aquela Câmara compromissos na ordem dos 70 mil contos, sem qualquer comparticipação estatal.

No capítulo das finanças, a quantia roubada às autarquias nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém atinge o auge da prepotência do Governo central. De facto, o Governo quer aqui instalar o «reino da Babilónia»... Chocam-se as competências dos municípios e do Governo. É difícil concluir onde terminam umas e começam outras.

A Lagoa de Santo André — bem patrimonial de Santiago do Cacém — é potencialmente uma das melhores zonas húmidas do país; a sua degradação é evidente restando poucas possibilidades de recuperação.

Muitos mais exemplos de ingerência abusiva do Governo na área das autarquias poderiam ser citados.

O PCP sempre se bateu pela autonomia do poder local. As autarquias APU com larga participação dos comunistas são disso um exemplo vivo, em contraste com a ingerência, a centralização e a política de esbulho para com os órgãos de poder local do



No distrito de Setúbal existem mais de 250 comissões de moradores que desenvolvem uma intensa actividade em cooperação com as autarquias no sector dos melhoramentos locais, nomeadamente construção de parques infantis e campos de jogos, caminhos e fontanários, na alfabetização de adultos, no apoio à terceira idade, em iniciativas culturais, etc.

Governo AD. As Câmaras do distrito, para resolverem instantes problemas das populações, têm enormes gastos com serviços que, esses sim, são da competência do Governo central. São disso exemplo, a cedência de instalações para Finanças, Tesourarias da Fazenda Pública, Notários, Polícia, GNR, etc., bem como a construção de salas de aula para as escolas preparatória e secundária, o financiamento por subsídios aos hospitais concelhios, a sinalização e electrificação de estradas nacionais, etc.

Apesar de nunca ter sido cumprida a Lei das Finanças Locais, as autarquias têm realizado uma obra notável com o apoio das estruturas populares, como as Comissões de Moradores, Comissões de Pais e das próprias populações.

Só no concelho de Palmeira, a Câmara construiu com o apoio das populações seis salas de aula para o ensino primário e adaptou mais 14 salas, num total de mais 15 mil contos; equipou todas as escolas e colocou estores em todas as salas de aula do concelho, gastando cerca de 10 mil contos, a que acresce ainda um gasto anual de mais de quatro mil contos na conservação das mesmas.

Neste concelho, com a área de 480 Km², não existe nenhuma povoação que esteja a mais de 1 km de uma estrada alcatroada, tendo sido gastos, só em estradas, em 1980, cerca de 70 mil contos, sem qualquer comparticipação do Governo central.

No distrito de Setúbal existem mais de 250 comissões de moradores, com uma intensa actividade, em estreita cooperação com as

autarquias, no campo dos melhoramentos locais, nomeadamente na construção de parques infantis e campos de jogos, caminhos e fontanários, na alfabetização de adultos, no apoio à terceira idade, em iniciativas culturais, etc.

Considerando os milhares de contos gastos a nível nacional pelas autarquias nos trabalhos atrás mencionados que deveriam ser custeados pelo Governo central, e se atendermos aos milhares de contos roubados pelos sucessivos governos às autarquias, facilmente se depreende, ao contrário do que afirma o Governo e a AD, que o Poder local é hoje responsável, competente, e por isso não merece este Governo, herdeiro dum passado centralista que o Povo português já rejeitou.

O Poder Local é uma conquista de Abril.

APU denuncia ilegalidades em Câmara de Lobos

Servirem-se a si próprios em vez de actuarem em defesa dos interesses das populações continua a ser uma prática utilizada nos órgãos autárquicos por muitos membros eleitos pelos partidos de direita. Talvez por velhos hábitos que já vêm do tempo do fascismo, ou porque está intrinsicamente ligado à sua própria concepção de poder e à sua natureza de classe, a verdade é que esta gente não tem emenda, mostra-se incapaz de exercer correcta e honestamente o Poder Local Democrático.

E, infelizmente, não são poucos os casos que ilustram esta situação. É o que se passa na Câmara Municipal de Câmara de Lobos, na Região Autónoma da Madeira.

Vejam como. O presidente da referida Câmara

auferir dois subsídios: um, por estar a tempo inteiro na Câmara; outro, por ter sido nomeado pelo Governo Regional para membro da Comissão Administrativa da Cooperativa Agrícola do Funchal. Ora, segundo a lei n.º 44/77 de 23 de Junho, e a

Portaria n.º 309/78 de 9 de Junho, esta situação constitui uma flagrante ilegalidade.

Diz a lei: «As funções de presidente da Câmara, de comissão administrativa ou de vereador em regime de permanência são incompatíveis com a actividade de agente ou funcionário do Estado, de pessoa colectiva de direito público e de empresa nacionalizada».

Logo que dela tomou conhecimento, em Setembro de 1980, a APU denunciou publicamente o caso, apresentando ao mesmo tempo em sessão da Assembleia

Municipal uma proposta, para a formação de uma comissão que pusesse a claro este imbróglio. Esta proposta seria recusada pelo PSD, o que espantou a população, pois, perante a evidência dos factos seria de esperar que aquele partido aceitasse repor de imediato a legalidade.

Como tal não aconteceu e o problema se foi agravando com as constantes contradições do próprio presidente da Câmara e com a sua recusa sistemática na entrega de provas, ficou claro que os eleitos PPD/PSD não estavam interessados em esclarecer a situação, chegando ao ponto de impedir a aprovação de todas as propostas apresentadas nesse sentido.

Foi neste quadro, depois de falhados todos os esforços para que fosse a própria Assembleia Municipal a resolver a questão, que a APU, não abdicando da sua responsabilidade e usufruindo um direito que a lei lhe confere, apresentou ao Governo Regional da Madeira, através do seu eleito na Assembleia Municipal da Câmara de Lobos, um pedido de inquérito no sentido de repor a verdade e a legalidade, aguardando agora daquele órgão uma inequívoca vontade política que permita o cumprimento da lei.

Eleições na Fajã Grande

Por terem renunciado ao mandato a maioria dos seus membros, realizam-se novamente eleições, no próximo dia 16, para a Assembleia de Freguesia de Fajã Grande, concelho de Lages, Flores, na Região Autónoma dos Açores.

Esta situação, provocada por divergências internas no próprio PSD, acabaria por cindir este partido criando duas facções a que os habitantes da freguesia apelidam de PPD «novo» e PPD «velho».

Apresentando-se inicialmente ao acto eleitoral três listas, a APU, o PPD «velho» e o PPD «novo», (nas anteriores apenas o PPD havia concorrido), esta última veria a sua lista rejeitada em Tribunal.

Teremos assim nas próximas eleições apenas duas listas: uma, a da APU, toda ela constituída por cidadãos honestos que se propõem em colaboração com a população, bater-se pelo progresso da sua aldeia; outra, a do PSD, encabeçada pelo

ex-presidente da Junta, figura cada vez mais desacreditada na freguesia.

Entretanto, os membros da lista APU realizaram já no passado dia 5 uma reunião com vista a programar toda a campanha eleitoral, tendo decidido realizar, para além dos contactos pessoais e do habitual porta-a-porta, uma distribuição do programa por toda a aldeia, bem como várias sessões de esclarecimento e projecção de filmes na freguesia de Fajã Grande e no lugar do Porto.

Associação de municípios «chumbada» na Póvoa

O projecto de constituição de uma Associação de Municípios do Grande Porto que se substituiria em áreas fundamentais — como o abastecimento de água, energia eléctrica e saneamento — às autarquias eleitas, em que o governo da AD e os responsáveis da AD e do PS na região se têm empenhado, sofreu há dias uma severa derrota na Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim.

Contrariando a Câmara Municipal (AD e PS), que havia aprovado por unanimidade o projecto, a Assembleia Municipal reprovou-o.

Como se sabe, a APU tem denunciado este projecto como uma manobra da direita e do poder central para retirar na prática competências aos representantes eleitos da população, transferindo atribuições fundamentais para uma estrutura controlada pelo poder central e pelas forças reaccionárias que de-

têm a maioria dos municípios do Grande Porto.

De acordo com o projecto de estatutos da Associação de Municípios, a intervenção das forças em minoria nas Câmaras em relação a áreas

fundamentais da actividade camarária seria reduzida a zero.

Na votação realizada os eleitos da AD, convencidos pela argumentação produzida pela APU, reprovaram o

projecto. Lamentavelmente, os eleitos do PS mantiveram uma posição que não tem em conta os direitos das populações e a salvaguarda do carácter democrático das estruturas do poder local.

Comissão Administrativa em Loures

Uma aliança do PS com o PSD e o CDS fez com que a Assembleia Municipal de Loures, reunida na passada semana, elegesse um socialista, António Augusto Mordido, presidente da Comissão Administrativa que tomará conta dos assuntos camarários até à realização das eleições antecipadas marcadas para 11 de Outubro. Isto apesar de, como se sabe, a APU ser a força maioritária no concelho.

Da Comissão Administrativa fazem ainda parte um outro elemento do PS, Bernardo Martins Pereira, dois elementos da APU, Severino Falcão e José Gouveia, e um do PSD, Vítor Santos. Como se sabe, goraram-se as intenções de alguns elementos locais do PS e do PSD de concorrerem com uma lista conjunta. Contudo, como os factos demonstram, isso não significou o desaparecimento dentro do PS da

tendência para as alianças com a direita contra a APU.

Recorde-se que às eleições de 11 de Outubro concorrem três coligações (APU, UEDS/ASDI e AD), apresentando-se o PS sozinho às urnas. É a primeira vez que a AD concorre às eleições autárquicas de Loures, pois em 1979 PSD e CDS apresentaram-se isoladamente, tendo o primeiro feito eleger dois vereadores e o segundo nenhum.

Novo atentado contra a autonomia financeira das autarquias

Na passada semana, a SIP do PCP tornou pública a seguinte posição, em face de novo e gravíssimo atentado da «AD» contra a autonomia financeira das autarquias locais:

1. Aproveitando a época de Verão, o Governo da «AD» submeteu recentemente a órgãos autárquicos, com o pedido de parecer, um «projecto de proposta de lei» que visaria, a pretexto da revisão da Lei de Finanças Locais, proceder à sua integral substituição sem que este importante diploma tenha sido uma só vez integralmente aplicado.

2. A época do ano em que decorre a falsa consulta às autarquias locais, bem como o facto de o Governo deixar em branco, no documento apresentado, a percentagem das receitas do Estado que reverteria para os órgãos autárquicos, demonstra que o Governo não pretende ouvir realmente as autarquias, mas sim invocar uma pretensa auscultação da sua vontade para lesar profundamente a autonomia do Poder Local e os interesses das populações.

3. Entretanto, e não se podendo deduzir do diploma apresentado pelo Governo os recursos que passariam a reverter para as autarquias, algumas intenções sobressaem claramente, designadamente a de reduzir substancialmente as receitas das autarquias, em particular as que são distribuídas por critérios objectivos, alargando o peso daquelas cuja distribuição depen-

de de decisões do Fundo de Equilíbrio Financeiro, previsto no Artigo 5.º, alínea c) da Lei das Finanças Locais. Através desta medida o Governo e a «AD» pretendem não só restaurar a dependência e a burocracia nas relações entre o Poder Central e Local como restabelecer os mecanismos que permitam a utilização de recursos públicos ao serviço de uma política partidária de fomento de clientelas, caciquismo e tráfico de influências.

4. Alertando as populações, as forças democráticas e todos os eleitos dos órgãos de Poder Local verdadeiramente interessados no progresso das suas terras, para a gravidade dos propósitos governamentais que, a concretizarem-se, significariam um enorme prejuízo para as autarquias, o PCP reitera a sua determinação de continuar a contribuir para a defesa e integral aplicação da Lei das Finanças Locais aprovada na Assembleia da República em 10 de Outubro de 1978 por todos os partidos políticos, incluindo pelos que actualmente integram a «AD».

5. A pronta denúncia e o firme combate a esta nova e perigosa manobra do Governo «AD» são uma exigência imediata da defesa da autonomia do Poder Local democrático e da luta para lhe assegurar as condições e os recursos indispensáveis à solução dos graves problemas das populações.

Autarquia APU em defesa da arquitectura rural tradicional

Um interessante e louvável passo na concretização de uma orientação que tem constituído uma permanente preocupação das autarquias de maioria APU — a defesa do património cultural e da verdadeira cultura popular — acaba de ser dado pela Câmara Municipal da Chamusca, ao editar e distribuir pelo concelho um folheto ilustrado contendo conselhos aos municípios que pretendam construir ou reconstruir as suas casas.

Simultaneamente, a Câmara manifesta-se à disposição dos municípios para lhes fornecer apoio técnico, receber sugestões, etc., no sentido de que a defesa do património resulte de um trabalho conjunto e participado. Também neste aspecto, um exemplo a seguir...

Os diversos conselhos fornecidos pela Câmara aos municípios visam defender a «habitação tradicional» como «um valor cultural a preservar», mas, como

é óbvio, referem-se apenas ao aspecto exterior das casas. Relativamente aos interiores, e desde que proprietários ou inquilinos tenham condições para isso, nada impede — antes pelo contrário — que sejam equipados com tudo o que há de mais moderno.

● Sugestões da Câmara da Chamusca aos municípios que pretendam construir ou reconstruir casa.

Manter o que é de manter. Conforme alerta a Câmara,

«uma errada concepção do moderno leva a que quando se reconstrói uma casa tradicional se substitua tudo, mesmo até aquilo que caracteriza essa mesma construção, o meio em que ele se integra ou as razões de ordem climática, técnica ou cultu-

ral que levaram a que essa mesma casa fosse o que é».

É evidente que os conselhos avançados pela Câmara têm em vista a defesa do património regional, e portanto têm uma aplicação, em princípio, apenas local, mas outros há que são genericamente aplicáveis a nível nacional.

«Ao construir a sua casa procure conservar a pureza da sua traça popular», sugere a Câmara, defendendo a utilização de «chaminés tradicionais».

O branco ou, em alternativa, o creme, o rosa-claro, o rosa-velho ou o camurça são as cores aconselhadas para as fachadas, em relação às quais se desaconselha o uso de azulejos ou marmoritos, assim como a pintura de eventuais cantarias de pedra.

Relativamente à telha, aconselha-se a utilização da «lusa», ao mesmo tempo que para as barras das janelas, portas e socos se aponta a utilização do azul anil, do amarelo ocre ou do verde.

A publicação do folheto em que estes e outros conselhos e sugestões se incluem integra-se numa campanha de sensibilização dos municípios para a defesa do património arquitectural da casa rural.

Internacional

Quem defende os «direitos humanos?»

A desumanidade de certos »Direitos« na prática de alguns «Humanos»

Há pouco mais de um século o território hoje ocupado pelos Estados Unidos da América (EUA) era habitado por mais de 10 milhões de índios. Hoje são menos de um milhão. Nesses tempos os colonizadores do "Novo Mundo" celebraram acordos com os chefes das tribos índias, empurrando-os mais e mais para o interior do país, para as terras mais pobres. Presentemente continuam a expulsá-los até dos inhóspitos territórios que lhes cederam há mais de um século, por tratados às vezes assinados pelo próprio presidente dos EUA.

O rendimento de uma família índia é três vezes inferior à média do país. 70 % dos índios vivem subalimentados, a sua esperança média de vida é de 44 anos contra uma média de 71 anos para a restante população do país, e a mortalidade infantil é três vezes superior à registada entre as crianças brancas.

Caracterizando a política das autoridades a respeito dos autóctones da América, Clyde Bellicourt, coordenador nacional da organização "Movimento dos Índios Americanos" declarou: "Consideramos todos os índios como presos políticos desta sociedade, quer se encontrem na prisão ou em liberdade".

Por outro lado as condições de vida dos negros, portorriquenhos e refugiados dos países da Ásia que vivem actualmente nos EUA, não são melhores. São igualmente vítimas de um racismo que se tornou de facto uma regra da vida social e política estadunidense.

Uma das principais formas de discriminação racial nos EUA são os atentados ao direito ao trabalho das minorias nacionais. Mesmo se-

gundo os números oficiais (bem abaixo da realidade) citados em Janeiro de 1978 pelo ex-presidente Carter na sua mensagem ao Congresso "Do Estado da Nação", 11 % dos americanos adultos pertencentes a minorias nacionais, não têm trabalho. Se, segundo a mesma (insuspeita) fonte 17 % dos jovens americanos estão sem trabalho em todo o país, esta proporção atinge os 40 % entre a juventude negra (52 % segundo os números citados pelas organizações negras, sendo 86 % em Nova Iorque).

É claro que um salário inferior ao dos brancos para um mesmo trabalho, é uma manifestação descarada de discriminação racial. Pois bem: mesmo segundo as estatísticas oficiais dos EUA, o salário médio de uma família negra representa 59 % do de uma família branca. Por outro lado, se no conjunto do país 9,9 % das famílias brancas vivem abaixo do limite oficial de pobreza, a taxa é de 35 % entre os negros e de 33 % entre os portorriquenhos.

O número dos negros que ocupam funções electivas

está igualmente em flagrante desproporção com a quantidade desta população no país. Assim, eles representam 27 % da população em sete Estados do Sul e só um negro os representa no Congresso. Ao todo as pessoas de cor ocupam apenas 1 % de todos os cargos electivos nos EUA.

...E como é "isto" na URSS?

A expressão "minorias nacionais", correcta no sentido próprio, já não se usa na URSS porque sugere humilhação, desigualdade de direitos. O povo trabalhador que tomou o poder em Outubro de 1917 adoptou a declaração dos Povos da Rússia. Durante a sua realização não se negligenciou nenhum pormenor, dando-se a tudo grande significado: desde a restituição do Corão de Othman aos Muçulmanos e das relíquias nacionais aos trabalhadores da Ucrânia, até à concessão da independência completa aos povos polaco e finlandês.



Na véspera do 4.º aniversário da Grande Revolução de Outubro (1921), Lenine constatou com orgulho: "reconhecemos a todas as nacionalidades não-russas as suas próprias Repúblicas ou Regiões Autónomas". Há actualmente na URSS 53 entidades estado-nacionais constituídas por 57 Nações e Etnias que representam 98 % da população do país.

Isto não quer dizer, de forma nenhuma, que os 2 % restantes estejam esquecidos. Todas as nacionalidades habitando tal ou tal República, uma Região ou um distrito autónomo, têm os mesmos direitos que a Nação autóctone que criou a entidade estadual referida. A legislação soviética prevê não apenas a protecção desses direitos, a tomada em consideração obrigatória das aspirações da população não-autóctone, mas também a preocupação quotidiana de satisfazer as necessidades nacionais específicas.

O ex-presidente Carter reconheceu na mensagem de Janeiro ao Congresso de que falámos atrás: "Certos cidadãos vivem entre nós agora como num país estrangeiro, onde as autoridades são tão estranhas e longínquas, que nos é preciso muitas vezes chegarmos a elas por intermediários especiais...".

Os soviéticos não têm necessidade de tais mediadores: há representantes de cada nação e nacionalidade em todos os organismos do poder soviético.



"Consideramos todos os índios como presos políticos desta sociedade, quer se encontrem na prisão ou em liberdade" — afirmou um responsável pelo movimento dos índios norte-americanos. Entretanto, o que é verdade para os índios é-o também para os negros, porto-riquenhos e outras minorias étnicas nos EUA, sujeitas ao racismo e à exploração

• A maneira diversa como o problema das "minorias nacionais" é encarado nos EUA e na URSS, mostra bem a superioridade do socialismo sobre o capitalismo.

Os deputados de 61 nacionalidades têm actualmente assento no Soviete Supremo da URSS, de 72 nacionalidades nos Sovietes Supremos das Repúblicas Federadas e Autónomas e de 120 nacionalidades nos soviets locais. Há deputados de 39 nacionalidades no Soviete Supremo da Federação da Rússia, de 18 no da RSS do Uzbequistão, de 14 no da RSS de Quirguízia, de 10 no de Tadjiquistão, de 8 nos da Moldávia e Lituânia. Estes números provam o carácter multinacional das organizações do poder a todos os escalões.

Um das duas Câmaras iguais em direitos do Soviete Supremo da URSS, o Soviete das nacionalidades, está encarregada de velar permanentemente pelo interesse das nações. A percentagem dos representantes dos povos numericamente inferiores é maior que a da respectiva população do país. Assim, 13 Repúblicas Autó-

nomas totalizando 7,84 milhões de habitantes, isto é um pouco mais de 3 % de toda a população do país, tem actualmente 143 deputados no Soviete das Nacionalidades, ou seja mais de 19 % do seu efectivo.

A economia das Repúblicas nacionais desenvolve-se em cadência rápida. Em 1977 o volume total da produção industrial da URSS aumentara 145 vezes em relação a 1913; esse aumento em 145 vezes, neste período, foi o que se registou na Federação Russa, a maior República federada, mas para muitas outras Repúblicas esse crescimento foi ainda mais espectacular: 188 vezes na Bielorrússia, 266 no Cazaquistão, 257 na Moldá-

via, 307 na Arménia, 317 em Quirguízia.

A redistribuição parcial do rendimento nacional global a favor das Repúblicas que têm mais necessidades mostra bem que muitos povos conhecem um desenvolvimento nacional mais rápido que a média no seio do Estado multinacional da União. Por exemplo, se no decurso da última década o rendimento nacional da URSS aumentou 91 %, subiu ainda mais em seis das 15 Repúblicas: 98 % no Cazaquistão, 108 % na Lituânia, 129 % na Bielorrússia, 131 % na Arménia.

O Socialismo trouxe mudanças fundamentais no modo de vida, nos costumes e tradições das nações e etnias da URSS. Sob o Socia-

lismo dezenas de nações e etnias adquiriram a sua língua escrita, criaram a sua música e a sua literatura, a sua ópera e o seu ballet, a sua escultura e a sua pintura.

De acordo com a Constituição da URSS, os soviéticos de todas as nacionalidades têm o direito de professar qualquer religião. Existem actualmente na URSS mais de 20 000 associações religiosas, publicações religiosas, 18 estabelecimentos de Ensino religioso superior e secundários, fabricam-se objectos de culto, os mosteiros funcionam.

Segundo o recenseamento de 1970 contavam-se na URSS 2 151 000 judeus, o que é menos de 1 % da população do país. Ora nos começos dos anos 70 havia no país duas vezes mais estudantes judeus que em Israel. A percentagem de judeus é de 6,1 % entre os cientistas, de 5,2 % entre os artistas, de 6,5 % entre a gente das letras e da imprensa, de 3,4 % entre os médicos, e de 6,7 % entre os homens das leis.

A vida provou, como se constata, que o problema das nacionalidades, no que há de hostilidade, de domínio e de exploração de certos povos em relação a outros, não é de forma nenhuma "eterno". Tudo depende da natureza do regime social. A superioridade do socialismo, também neste aspecto, é bem evidente.

O socialismo trouxe mudanças fundamentais no modo de vida, nos costumes e tradições das nações e etnias da URSS, outrora espezinhadas pelo domínio imperial. Dezenas delas adquiriram a sua língua escrita, criaram a sua música e a sua literatura, a sua ópera e o seu ballet, a sua escultura e a sua pintura



Países socialistas

Como será no ano 2000 a agricultura checoslovaca?

Como será a agricultura checoslovaca no ano 2000? Que terras se cultivarão, que se produzirá, que quantidades de carne e leite haverá? Por que princípios se deverá orientar a ciência agrícola, quais são os obstáculos principais que se colocam ao desenvolvimento da agricultura?

A estas e outras perguntas responderam os especialistas do Instituto de Investigação da Economia, Agricultura e Alimentação de Praga, numa análise-previsão do desenvolvimento agrícola checoslovaco até ao fim do milénio. É sabido que as previsões científicas não são assunto fácil e que não excluem falhas e erros. São apesar de tudo necessárias, independentemente de se poder correr o risco de permanecerem incumpridas ou superadas pela realidade.

Exigências e possibilidades

Para os especialistas checoslovacos, a estrutura da alimentação deverá ser um dos aspectos principais a rever. Para tanto, haverá que reduzir o número de calorías ingeridas por dia e por habitante — e que estão na origem de uma série de chamadas «enfermidades da civilização» — favorecendo um maior consumo da carne, leite, verduras e fruta. Neste sentido, deverá igualmente diminuir o consumo de cereais, margarinas, arroz, batata e gorduras, de

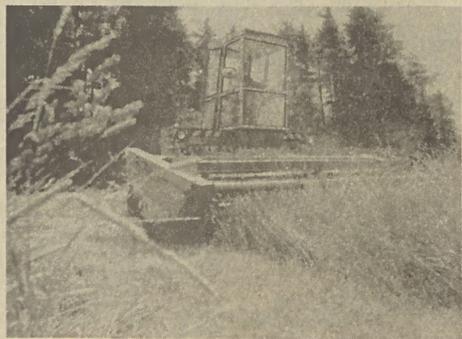
um modo geral. Para fazer face a estas modificações, haverá que proceder a mudanças radicais na estrutura total da produção vegetal e agro-pecuária.

Perante as exigências impostas ao abastecimento do mercado em produtos agrícolas, as previsões apontam também para as possibilidades com que a agricultura conta e que se devem em primeiro lugar à terra. A extensão de terra cultivada por cada habitante deverá por isso aumentar, ou ser pelo menos compensada com a eficácia e intensidade da produção.

No final do século, a água será, sob muitos aspectos, o factor decisivo, não só para toda a economia nacional, como em especial para a agricultura. Espera-se um consumo três vezes mais elevado no regadio de grandes áreas e, no caso da produção agro-pecuária, 50 por cento mais alto do que o actual.

Malor racionalidade

Um consumo mais elevado de albuminas animais (carne, leite e ovos) na alimentação consistirá a tarefa



principal da produção vegetal, ao cultivar uma quantidade suficiente de forragens de qualidade para o gado. A fim de dar ideias concretas a este respeito, os especialistas do Instituto calcularam quatro variantes da possível estrutura futura da produção. Os cálculos modelo demonstraram que, no ano 2000, poder-se-á alcançar uma produção suficiente de cereais, no caso de se registar um rendimento médio por hectare entre 5,9 e 6,1 toneladas.

O rendimento da colheita açucareira deveria oscilar em torno das 52 toneladas, e a da batata de 26,5 toneladas. Conta-se não só com novas variedades de plantas, como com a máxima ex-

ploração do potencial produtivo das espécies actuais, o que requiere, obviamente, investimentos elevados.

Na produção agro-pecuária, deverá alcançar-se, no ano 2000, o ponto óptimo dos limites hoje conhecidos do potencial biológico do gado. No cálculo orientador do modelo, assinala-se que, para atingir o tal ponto de utilidade óptima não será necessário aumentar demasiado o número de cabeças de gado, mas sim distribuí-lo racionalmente. Trinta por cento da manada total de gado bovino, por exemplo, deverá ser destinado à produção de leite, ocupando de preferência áreas de terras baixas, próximas dos grandes centros de consumo.

As previsões científicas não são assunto fácil, apesar de científicas, o erro é sempre possível... São apesar de tudo não só necessárias como indispensáveis, apesar de a realidade as poder vir a corrigir. Assim o entendem os cientistas checoslovacos, para quem a agricultura no seu país no séc. XXI é já um objecto de investigação e estudo



SEMANA Internacional

Internacional

Em nome da morte Reagan mandou produzir a bomba de neutrões

Apesar de tudo a notícia não caiu como uma bomba. A prática política recente da administração Reagan faria prever, a qualquer altura, uma decisão deste tipo — os Estados Unidos da América vão começar a construir a tristemente famosa bomba de neutrões.

Retomando uma iniciativa que a administração do anterior presidente norte-americano James Carter — se vira obrigada a cancelar, devido à vaga de protestos que por todo o mundo se levantaram, Reagan e os seus acólitos demonstram com esta atitude os intuítos que os movem — manter permanentemente a ameaça de guerra, fazer com que o medo

vida, deixando intactas todas as construções, todos os bens materiais. Para o imperialismo as mais modernas armas nucleares tinham esse inconveniente: matava os inimigos, mas também destruía as fábricas e as casas, contaminava os campos, tornava a vida impossível nos locais onde fossem lançadas. Assim sucedendo, o imperia-

lismo não lucrava nada e grande parte dos resultados obtidos com esse tipo de armamento tinham de ser capitalizados na coluna do "deve". Entretanto, mal foi conhecida a decisão de Reagan não tardaram as reacções, algumas da parte de países membros da NATO, declarados aliados, portanto, dos EUA, que não hesitaram em manifestar a sua hostilidade a esta decisão.

luição total de Hiroshima e Nagasaki, ao tomarem conhecimento da decisão de Reagan, da intenção de protestarem, enviando um telegrama ao presidente norte-americano pedindo o cancelamento imediato dessa decisão.

Sublinhando mais adiante que como seu objectivo prioritário, a curto prazo, a administração norte-americana propôs-se alcançar a supremacia militar sobre a União Soviética, o autor escreve que o actual equilíbrio estratégico-militar entre os dois países não convém aos sectores belicistas da nova administração por constituir um obstáculo às ambições agressivas dos EUA na cena internacional e às suas acções expansionistas. Isto leva-a a sacrificar o princípio da paridade em favor da aposta na supremacia.

Recordando depois que os Estados Unidos não estão interessados em acordos de limitação dos armamentos estratégicos, diz mais adiante o marechal Ustinov que a actual administração norte-americana reconhece verbalmente a utilidade destes acordos, opõe-se-lhes na prática, apostando abertamente em incrementar a armamento estratégico e outros e em garantir para si uma posição de força dominante em eventuais negociações com a URSS.

Quantos programas vão fracassar na URSS?

Perguntando depois se a Casa Branca conta reassucitar na década de 80 a política do cassete, o autor do artigo recorda que os EUA devem tomar consciência de que os velhos tempos já lá vão e que actualmente existem outros países que também são fortes. Por tudo isto a ambição norte-americana de supremacia militar sobre a URSS não faz mais que comprometer a estabilidade internacional e a segurança dos próprios Estados Unidos.

Chamando a atenção para o facto de ultimamente os Estados Unidos se terem recusado, unilateralmente, a discutir um conjunto de problemas militares, o camarada Ustinov adianta: Os tempos, porém, mudaram — acrescenta o ministro da Defesa soviético. Os projectos dos nossos adversários estão edificados em areia. Os países socialistas dispõem de tudo o que necessitam para frustrar os planos da reacção virados para a supremacia militar.

Desejo dos EUA: transferir a guerra

Abordando seguidamente a eventual instalação de mais que 600 mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance na Europa, o que daria à NATO uma vantagem de mais de 50 por cento em vectores, o marechal Ustinov acrescenta que com esta decisão dos EUA pretendem atenuar a força de um eventual golpe de resposta, que seria dado ao território dos EUA, em caso de uma agressão contra a URSS. Como é evidente, se for ne-



Hiroshima nunca mais

A 6 de Agosto de 1945 — passaram já 36 anos — a Humanidade dava o primeiro passo para o holocausto nuclear.

Os norte-americanos, numa atitude quase gratuita, frente a um país devastado e prestes a render-se, lançaram sobre Hiroshima a primeira bomba atómica. Três dias depois repetem o caos em Nagasaki.

Morreram muitas mil, no instante em que as bombas deflagram. Muitas mil continuarão a morrer durante estes 36 anos, por na altura terem ficado contaminadas pelas radiações.

Hiroshima e Nagasaki simbolizam dois dias que envergou a Humanidade — por muitos séculos que viva — e não apenas os norte-americanos. Cabe a todos, da Europa à Austrália, não permitir que o segundo passo para o holocausto nuclear volte a ser dado pelos norte-americanos. A luta contra a bomba de neutrões é hoje tão importante, quanto mais não seja para que amanhã, os nossos netos, não tenham infelizmente de recordar o 36.º aniversário de uma outra Hiroshima ou Nagasaki.

manidade, em geral, não existe qualquer outro caminho — manifestaram a sua indignação. Se os dirigentes dos EUA e de outros países da NATO desprezarem a possibilidade existente de combater um desanuviamento político e militar real e um melhoramento de relações com a União Soviética e outros países socialistas e preferirem às negociações e à criação de uma base para a confiança mútua, a corrida aos armamentos e o arriscado aventureirismo militar, serão responsáveis perante os povos dos seus países e toda a Humanidade.

Washington tem a palavra

Dias depois de ter sido escrito este artigo e cujas partes principais transcrevemos, Washington tinha a palavra — foi dada ordem para começar a construção da bomba de neutrões. Apenas os governos europeus mais reaccionários — nomeadamente o governo inglês — manifestaram algum apoio por esta decisão.

Entretanto, por toda a parte começam já a surgir movimentos de protestos, como tinha surgido já em 1978 e que levaram Carter a anular a sua primitiva decisão de mandar construir a bomba. Movimentações de protesto que se estenderam praticamente por todo o mundo mas que sem dúvida ganharam maior amplitude na Europa — na Europa que não quer ser campo de batalha dos Estados Unidos e do seu aventureirismo bélico.

Mais um crime do racismo sul-africano

Vítima de um atentado faleceu recentemente o representante do Congresso Nacional Africano, da África do Sul, o Zimabwé, Joe Gkabi.

Assassinado quando circulava na sua viatura numa rua de Salisbúria, este dirigente político sul-africano é mais uma vítima do terrorismo racista do regime de Pretória. O automóvel em que se transportava foi encontrado completamente privado de balas e, próximo do local, achava-se uma carabina automática com silenciador que o criminoso abandonou.

Há muito que a polícia política do regime de Pretória procurava este dirigente do Congresso Nacional Africano. E por mais de uma vez este patriota sul-africano esteve preso nas masmorras do regime de Pretória, onde passou mais de 12 anos. Em Fevereiro último, agentes a soldo do regime racista da África do Sul colocaram, também na sua viatura, um engenho explosivo de sete quilos, mas o atentado abortiu. Numa mensagem que dirigiu ao presidente do Congresso Nacional Africano, Robert Mugabe, presidente do Zimabwé, reafirmava que o crime cometido não levará o povo deste país a deixar de apoiar a luta legítima do povo sul-africano contra o «apartheid» e pela instauração de um regime democrático na África do Sul.

A «montra do capitalismo» tem os vidros rachados

A grande baluarte capitalista europeu no pós-guerra, da indústria e da finança, começa a sentir que os alicerces estão podres, que algo vai mal para aquelas bandas do Reno. Agora, confirmando uma perigosa tendência que se faz sentir por toda a Europa do Mercado Comum, o Departamento Federal do Trabalho, de acordo com as estatísticas que regularmente elabora, chegou à conclusão de que o total de desempregados registou um aumento de 120 a 500 por cento no passado mês de Julho.

De acordo com estes números o total de desempregados na RFA eleva-se já a 1 250 000, o que corresponde a cerca de 5,3 por cento da população activa. Referem os especialistas nestas questões que esta percentagem é a maior dos últimos 29 anos. Entretanto, o governo mostra-se indeciso no respeitante às soluções a tomar, estando em estudo o lançamento de um imposto especial sobre os rendimentos para financiar a criação de mais postos de trabalho, mas o próprio ministro das Finanças da RFA confessa que tal medida, de imediato, poderia pôr em perigo mais postos de trabalho. Por outro lado, o Ministério da Economia, de acordo com um plano de poupança, revelou que diminuirá de 2,5 biliões de marcos para 1,5, no ano que vem, o auxílio à indústria carbonífera. Grande parte deste auxílio é utilizado para subsidiar as vendas de carvão à indústria siderúrgica do país, contrabalançando deste modo a diferença de preços entre o carvão nacional e o importado, que é mais barato. Diminuindo este auxílio certamente que o desemprego irá, também, grassar, com mais força, entre os mineiros do carvão. O capitalismo está, cada vez mais, num beco sem saída.

5 Quarta-feira

O Primeiro-Ministro polaco, gen. Jaruzelski, nomeia um "gabinete de crise" destinado a fazer face às dificuldades económicas e sociais que o País atravessa. Entretanto, um porta-voz governamental acusa a central "Solidariedade" de estar a exacerbar a crise, a propósito da diminuição das rações de carne, na fixação das quais participou. Na Bolívia, o gen. Meza demite-se das funções de chefe de Estado, que ocupava desde que há cerca de um ano dirigira um golpe de direita, entregando o poder a uma Junta militar. Os revoltosos de Santa Cruz continuam porém a luta: o movimento que desencadearam "não visa uma mera substituição de pessoas mas a reposição das liberdades democráticas". Nyerere, presidente da Tanzânia, manifesta-se a favor da intervenção militar senegalesa na Gâmbia.

6 Quinta-feira



Hiroshima: condenação à morte

Uma marcha de 40 mil pessoas assinala em Hiroshima o 36.º aniversário do lançamento sobre aquela cidade japonesa pelos EUA da primeira bomba atómica. O primeiro-ministro japonês reafirma na ocasião que o seu país nunca usará ou fabricará armas nucleares. Em numerosos países a data é assinalada com manifestações antinucleares, e a Paris chega a Marcha da Paz que em 22 de Junho teve início em Copenhaga. Sadat, nos EUA, tenta acordos de compromisso com Reagan sobre a criação de um Estado palestino separado. O Egipto é, com Israel, parceiro dos Estados Unidos nos acordos de Camp David. A Junta militar boliviana por que Meza se fez substituir reforça a censura na imprensa e na rádio e prende jornalistas.

7 Sexta-feira

Mais de 4500 controladores aéreos norte-americanos em greve receberam já cartas de despedimento. A Federação Internacional das associações de controladores aéreos apela à solidariedade dos seus filiados em 59 países. O governo polaco acusa o "Solidariedade" de má vontade e de provocar confrontos, no termo das negociações — que se malograram — para desconvocar uma greve na Silésia, hoje mesmo iniciada. Os chefes militares da revolta na Bolívia e a Junta militar no poder chegam a acordo, considerando aqueles que os seus motivos de luta, o primeiro dos quais era a demissão de Meza, foram no essencial satisfeitos. E aparentemente o firm, considerado precário, do 190.º golpe militar em 156 anos de História da Bolívia.

8 Sábado

Morre McElwee, membro do IRA em greve da fome na prisão de Maze. É o nono prisioneiro a morrer pela obtenção do estatuto de preso político. O Ministério da Defesa soviético condena a intenção de transferir bases militares americanas na Alemanha Federal para mais perto das fronteiras com os países socialistas. A administração Reagan formaliza o despedimento de 12 mil controladores aéreos em greve. A utilização crescente de controladores militares põe gravemente em causa, segundo especialistas, a segurança do tráfego aéreo nos EUA.

9 Domingo



Fidel no México

O presidente dos EUA, ultrapassando uma anterior decisão de Carter, ordena o fabrico da bomba de neutrões e a constituição de uma reserva de ogivas. Governos e opinião pública de numerosos países, incluindo membros da NATO, manifestam imediatamente o seu protesto. A TASS considera a decisão "um passo extremamente perigoso na via da preparação de uma guerra nuclear". Na Bolívia, dirigentes da central operária afirmam que a greve nacional vai prosseguir e que o seu apoio a qualquer novo governo dependerá da resposta deste às suas reivindicações, que a anunciada proposta de um plano de progressiva democratização do País, feita pela nova Junta, não garante. Fidel Castro termina uma visita ao México; no decorrer da qual são afirmadas coincidências de pontos de vista sobre a situação na América Latina e os perigos da ingerência norte-americana e reafirmados os laços de amizade entre o México e Cuba.

10 Segunda-feira

Cidadãos franceses abandonam o Irão, na sequência do agravamento de relações provocado pela concessão de asilo político a Bani-Sadr em França. Sadat, em visita aos EUA, declara estar disposto a apoiar qualquer medida que vise expulsar Cuba do Movimento dos Não-Alinhados. No rescaldo da intervenção do Senegal na Gâmbia em auxílio do regime do presidente Jawara, que chegou a ser deposto por um golpe militar antiditatorial, os dois países unificam as suas forças de segurança.

11 Terça-feira



Avo: tudo o que é vida

Morreu no passado sábado o nono preso político irlandês. De 23 anos de idade, Thomas McIlwee, faleceu ao fim de 62 dias de greve da fome. Com um soberano desprezo, o governo conservador de Margaret Thatcher continua a deixar morrer nas prisões da Irlanda do Norte prisioneiros políticos que apenas reivindicam isso mesmo — o estatuto de prisioneiros políticos e a abolição das detenções sem julgamento, iniciativa sem precedentes introduzida naquele país pela administração britânica há cerca de dez anos. E quando hoje, por acaso, ainda se ouve falar da "liberdade" e da "democracia" que se «raspura» na velha Albion apenas um esgar, à laia de sorriso, pode cobrir a face de quem ouço isso. O que se passa na Irlanda do Norte com a sua população católica por parte das forças de ocupação britânicas assemelha-se, sem grandes diferenças, ao que os nazis fizeram com as populações dos países que ocuparam militarmente. Em 1978, o cardeal primaz da Irlanda comentava a situação

se instale nas relações entre os povos. De um cinismo cruel, a coincidência do anúncio público da decisão de Ronald Reagan ao mandar iniciar a construção e a constituição de uma reserva de ogivas de neutrões, com o 36.º aniversário do lançamento de uma bomba atómica pelo exército norte-americano sobre a cidade japonesa de Nagasaki.

Nagasaki, recordemo-lo em breves palavras, foi a segunda cidade japonesa mártir do início da guerra atómica. Antes, tinha sido Hiroshima, a 6 de Agosto de 1945, três dias depois, a 9 desse mesmo mês, o apocalipse atómico chegava a Nagasaki. Quanto mais tempo passa maior se revela o carácter supérfluo desta ofensiva das forças militares norte-americanas. Naquela altura o Japão estava a escissos passos de se render. A entrada da União Soviética no conflito contra o Japão, de acordo com os compromissos estabelecidos com os seus aliados, levaria o primeiro-ministro japonês da altura a declarar que se tornava "impossível prolongar a guerra".

Apesar disso — ou apenas para exibirem o seu poderio atómico — os EUA não hesitaram em matar, só em Hiroshima, em fracção de segundo, mais de 60 mil pessoas (velhos e crianças, a maior parte delas) e para cima de 100 mil feridos, que têm vindo a morrer ao longo destes anos, vítimas das doenças que a radioactividade provoca.

Numa atitude provocatória, Ronald Reagan escolheu propositalmente esta data fatídica para a Humanidade e anunciou a construção de um meio de destruição mais terrível. Reacções Mas também mais sofisticada, pois esta bomba tem a característica de destruir apenas a

Os católicos irlandeses continuam a lutar. Nesse mesmo ano, um jornalista que visitou Belfast comentava deste modo o panorama que observou: A situação ultrapassa, de facto, o que as palavras podem exprimir e nem o cinema ou a televisão conseguem transmitir integralmente o ambiente repressivo de Belfast. Contudo, os governos dos países ocidentais, sempre tão preocupados com a falta de liberdade noutros países, pouco ou nada se têm importado com a terrível pressão que sofre o povo católico da Irlanda do Norte. Perante a arbitrariedade, as perseguições, os crimes, nenhuma voz se levanta por parte desses mesmos governos para exigir do governo britânico um mínimo de dignidade no tratamento de pessoas cujo crime é lutar contra a opressão colonial inglesa.

Na Irlanda do Norte, não é um lugar-comum afirmar que a luta continua. Ela continua, mesmo nas prisões. E nem sempre será tempo de opressão e terror...

Oprimidos, mas não derrotados Os católicos irlandeses continuam a lutar

Morreu no passado sábado o nono preso político irlandês. De 23 anos de idade, Thomas McIlwee, faleceu ao fim de 62 dias de greve da fome.

Com um soberano desprezo, o governo conservador de Margaret Thatcher continua a deixar morrer nas prisões da Irlanda do Norte prisioneiros políticos que apenas reivindicam isso mesmo — o estatuto de prisioneiros políticos e a abolição das detenções sem julgamento, iniciativa sem precedentes introduzida naquele país pela administração britânica há cerca de dez anos. E quando hoje, por acaso, ainda se ouve falar da "liberdade" e da "democracia" que se «raspura» na velha Albion apenas um esgar, à laia de sorriso, pode cobrir a face de quem ouço isso. O que se passa na Irlanda do Norte com a sua população católica por parte das forças de ocupação britânicas assemelha-se, sem grandes diferenças, ao que os nazis fizeram com as populações dos países que ocuparam militarmente. Em 1978, o cardeal primaz da Irlanda comentava a situação

ca considerou que se trata de um passo extremamente perigoso com o objectivo de preparar uma guerra nuclear e que se destina a aproximar o mundo de uma catástrofe nuclear. Também os participantes na Conferência Mundial contra as Armas Atómicas e de Hidrogénio, reunidos em Tóquio, por ocasião do aniversário da des-

O PCP condena a decisão de Reagan

1. A decisão do Presidente dos EUA de fabricar e armazenar ogivas de neutrões constitui um novo e perigoso passo na corrida aos armamentos e encerra sérias preocupações quanto ao futuro da paz e da segurança na Europa e no Mundo. O PCP não pode deixar de condenar firmemente tal decisão belicista do imperialismo norte-americano.

2. O PCP denunciou já o carácter monstruoso desta arma que visa o extermínio de milhões de seres deixando intactos os edifícios e as outras coisas materiais. Esta arma faz aumentar assustadoramente o perigo de uma guerra nuclear. O seu fabrico e armazenamento representa um meio de chantagem contra os países socialistas e as forças da paz e do progresso.

3. Os perigos desta decisão para Portugal são particularmente graves, conhecido que é o envolvimento do Governo da "AD" nos projectos belicistas dos dirigentes norte-americanos e dos círculos mais agressivos da OTAN, o que o PCP vem desmascarando e combatendo sistematicamente.

4. O PCP apela à classe operária e a todos os trabalhadores, a todos os patriotas e democratas, a todos os lutadores pela paz para que condenem a recente decisão da administração norte-americana, para que se pronunciem por uma clara oposição de Portugal ao fabrico de bombas de neutrões, para que se unam mais firmemente em defesa da Paz e da Humanidade.

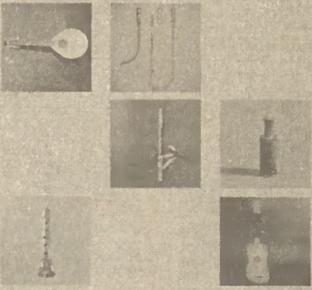
Lisboa, 11 de Agosto de 1981

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Os artistas da Festa do «Avante!»

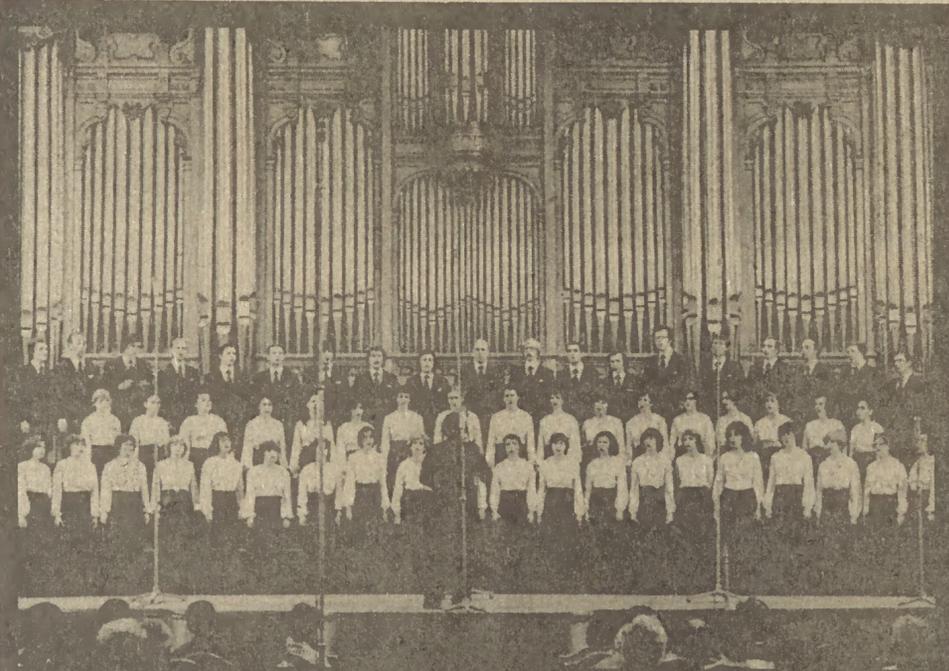
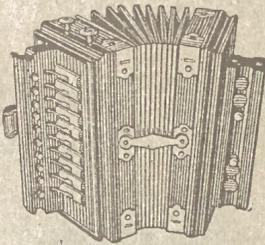
4.º

Cantigas Portuguesas



Adriano Correia de Oliveira

**Adriano
Correia
de Oliveira**



Coro da Juventude e dos Estudantes de Moscovo

O Coro da Juventude e dos Estudantes de Moscovo foi criado por iniciativa do professor V. P. Mukhin em 1948. Dele fazem parte estudantes e operários, médicos e engenheiros, professores e técnicos.

Patrocinado pela Direcção da Associação Coral da Cidade de Moscovo, o Coro da Juventude e dos Estudantes detém já no seu precioso palmarés oito prémios internacionais, cinco dos quais obtidos em concursos internacionais de coros: na *Roménia* (medalha de ouro, em 1953); em *Itália* (duas medalhas de prata, em 1970); em *Tallin*, República Socialista Soviética da Estónia (medalha de ouro, em 1972); e na *Bulgária* (medalha de ouro, em 1975).

Em 1981, no 23.º Festival Internacional de Arte Folclórica, na cidade de Korke (Irlanda), este coro obteve a vitória no concurso de coros mistos, prémio principal do Festival.

O Coro da Juventude e dos Estudantes de Moscovo é um conjunto bastante conhecido que representou muitas vezes a arte amadora soviética no estrangeiro.

Ao longo da sua actividade o coro efectuou grande número de gravações para a rádio e televisão central e editou vários "long-plays". É o primeiro intérprete de muitas obras corais de compositores soviéticos, tendo sido distinguido com altas condecorações da União Soviética.

Foi sob a direcção do maestro Boris Grigorievitch que o coro alcançou grandes resultados artísticos, conquistando um justo reconhecimento pela qualidade do seu trabalho entre os amadores de música coral.

Boris Tevlin inicia o seu trabalho com o grupo no ano de 1953, passou a dirigente artístico a partir de 1957, sendo actualmente professor do Conservatório de Moscovo, escola onde

terminou o seu curso com distinção em duas especialidades: maestro de coros e organista.

Mas vejamos algumas opiniões de destacadas personalidades ligadas à arte e à cultura na União Soviética. Elas ajudam-nos a entender a elevadíssima qualidade artística deste grupo, exemplo expressivo do desenvolvimento cultural e da criatividade da jovem geração soviética.

"Oioço sempre com satisfação as acuações do Coro da Juventude e dos Estudantes de Moscovo" diz-nos o compositor Rodin Chedrin, Artista do Povo da Federação Russa, laureado com o prémio de Estado da URSS, que conclui: "Já é notável o próprio facto de ele existir há 30 anos. No coro cantam verdadeiros entusiastas, pessoas interessadas pela música com sinceridade, pureza e seriedade".

Para o professor V. Sokolov, Artista do Povo da URSS, laureado com o prémio Glinka, o Coro da Juventude e dos Estudantes de Moscovo "é a glória e o orgulho da arte amadora da Rússia".

"Nós temos muitos coros: ainda há dois anos a quantidade de conjuntos corais amadores ultrapassou os 160 mil", sublinha, por outro lado, o professor T. Khrenikov, Artista do Povo e também distinguido com o prémio Glinka. E prossegue: "Há coros amadores famosos, distinguidos com prémios internacionais, que actuaram com êxito nos festivais da URSS. Cito, por exemplo, o Coro da Juventude e dos Estudantes de Moscovo".

Será, pois, esta presença de inegável qualidade artística, com um elevado domínio profissional em tudo o que cantam, que estará entre nós, no próximo mês de Setembro, no Casalinho da Ajuda. Mais uma presença a valorizar e a enriquecer o enorme espaço cultural da Festa do "Avante!"

José Afonso



HELENA ISABEL



Helena Isabel

FERNANDINHO VAI Ó VINHO
Júlio Pereira



Júlio Pereira